

## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	7
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS .....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO .....	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA .....	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS .....	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	21
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	23
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	24
12. ATIVOS DE CONTRATO.....	26
13. INVESTIMENTOS.....	30
14. IMOBILIZADO.....	42
15. INTANGÍVEIS.....	44
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL .....	47
17. FORNECEDORES.....	49
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	50
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	50
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	54
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	54
22. PROVISÕES .....	56
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	61
24. RECEITAS .....	62
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	65
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	67
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	68
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	71
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	82
30. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	86
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS .....	87
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR.....	95

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	550.820	384.397	479.058	290.995
Títulos e valores mobiliários	6	884.822	1.132.281	623.071	889.671
Consumidores e revendedores	7	815.991	910.455	690.819	797.580
Concessionários - transporte de energia	7	109.969	109.908	111.471	111.066
Tributos compensáveis	8	234.598	347.801	228.699	339.018
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	469.531	467.700	468.271	465.246
Dividendos a receber	27	137.170	117.110	288.525	117.404
Ativo financeiro da concessão	11	265.354	258.588	-	-
Ativos de contrato	12	751.918	718.430	751.918	718.430
Instrumentos financeiros derivativos	28	512.050	522.579	512.050	522.579
Outros		139.780	134.942	124.789	104.781
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.872.003</b>	<b>5.104.191</b>	<b>4.278.671</b>	<b>4.356.770</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	6	236.966	254.481	166.824	199.928
Consumidores e revendedores	7	4.715	6.774	2.256	2.872
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	8.162	10.969	-	-
Tributos compensáveis	8	56.526	54.760	24.383	23.851
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	1.797	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios	10	161.088	160.321	152.530	151.838
Instrumentos financeiros derivativos	28	2.249.532	2.426.351	2.249.532	2.426.351
Outros		47.091	55.084	52.431	57.656
Ativo financeiro da concessão	11	3.157.385	3.106.812	816.202	816.202
Ativos de contrato	12	2.888.544	2.916.272	2.888.544	2.916.272
Investimentos	13	3.732.520	3.755.799	7.275.264	7.257.319
Imobilizado	14	2.389.711	2.405.681	1.761.704	1.773.139
Intangível	15	155.195	156.486	28.330	26.724
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16a	40.217	41.884	38.509	40.018
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.129.449</b>	<b>15.351.674</b>	<b>15.456.509</b>	<b>15.692.170</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>20.001.452</b>	<b>20.455.865</b>	<b>19.735.180</b>	<b>20.048.940</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

### PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	694.504	764.810	669.055	733.520
Fornecedores	17	379.760	465.939	363.101	392.574
Imposto de renda e contribuição social	9b	52.947	128.012	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	138.183	165.241	123.324	149.775
Encargos regulatórios	20	217.261	172.619	200.279	160.872
Obrigações pós-emprego	21	68.133	66.206	68.133	66.206
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		891.998	891.998	891.998	891.998
Salários e encargos sociais		48.294	52.106	47.365	51.150
Opções de venda - SAAG	28	522.988	536.155	522.988	536.155
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	7.936	8.702	7.294	7.908
Outras obrigações		162.915	172.668	158.649	161.472
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.184.919</b>	<b>3.424.456</b>	<b>3.052.186</b>	<b>3.151.630</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19	8.507.067	8.120.901	8.507.067	8.120.901
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	527.017	773.560	508.070	754.603
Impostos, taxas e contribuições	18	258.156	262.745	256.951	262.673
Encargos regulatórios	20	3.585	56.953	-	47.746
Obrigações pós-emprego	21	1.394.061	1.391.479	1.394.061	1.391.479
Provisões	22	426.183	418.548	425.893	418.261
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16b	35.167	35.841	34.007	34.678
Outras obrigações		134.499	129.211	26.147	24.798
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.285.735</b>	<b>11.189.238</b>	<b>11.152.196</b>	<b>11.055.139</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>14.470.654</b>	<b>14.613.694</b>	<b>14.204.382</b>	<b>14.206.769</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	23	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
Reservas de lucros		2.072.877	2.072.877	2.072.877	2.072.877
Ajustes de avaliação patrimonial		(233.284)	(230.706)	(233.284)	(230.706)
Prejuízos acumulados		(308.795)	-	(308.795)	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>5.530.798</b>	<b>5.842.171</b>	<b>5.530.798</b>	<b>5.842.171</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>20.001.452</b>	<b>20.455.865</b>	<b>19.735.180</b>	<b>20.048.940</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	24	1.945.526	1.874.435	1.633.350	1.627.069
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(48.920)	(49.434)	(36.551)	(36.545)
Energia elétrica comprada para revenda		(979.386)	(913.749)	(966.427)	(913.392)
		<b>(1.028.306)</b>	<b>(963.183)</b>	<b>(1.002.978)</b>	<b>(949.937)</b>
<b>OUTROS CUSTOS</b>	25				
Pessoal e administradores		(58.775)	(57.767)	(55.054)	(56.023)
Materiais		(3.914)	(1.705)	(1.066)	(783)
Serviços de terceiros		(17.032)	(18.193)	(8.184)	(8.770)
Depreciação e amortização		(42.742)	(48.261)	(30.907)	(33.232)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(9.363)	(6.925)	(9.360)	(6.877)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(19.065)	(47.198)	(19.065)	(47.198)
Outros custos operacionais		(4.542)	(1.866)	(1.620)	(1.548)
		<b>(155.433)</b>	<b>(181.915)</b>	<b>(125.256)</b>	<b>(154.431)</b>
<b>CUSTOS TOTAIS</b>		<b>(1.183.739)</b>	<b>(1.145.098)</b>	<b>(1.128.234)</b>	<b>(1.104.368)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>761.787</b>	<b>729.337</b>	<b>505.116</b>	<b>522.701</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas (reversões) com vendas	25c	1.112	(3.543)	973	(3.543)
Despesas gerais e administrativas		(39.872)	(42.359)	(39.872)	(42.359)
Outras despesas operacionais		(27.623)	(53.244)	(24.556)	(52.116)
		<b>(66.383)</b>	<b>(99.146)</b>	<b>(63.455)</b>	<b>(98.018)</b>
Revisão Tarifaria Periódica, líquida	12b	5.816	-	5.816	-
Resultado de equivalência patrimonial	13	(3.493)	5.457	188.539	161.133
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>697.727</b>	<b>635.648</b>	<b>636.016</b>	<b>585.816</b>
Receitas financeiras	26	22.970	1.341.869	19.906	1.336.256
Despesas financeiras	26	(1.220.217)	(2.031.542)	(1.213.828)	(2.025.579)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(499.520)</b>	<b>(54.025)</b>	<b>(557.906)</b>	<b>(103.507)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(57.463)	(49.649)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	245.610	88.350	246.533	88.183
<b>PREJUÍZO DO PERÍODO</b>		<b>(311.373)</b>	<b>(15.324)</b>	<b>(311.373)</b>	<b>(15.324)</b>
Prejuízo básico por ação – R\$	23	(0,11)	(0,01)	(0,11)	(0,01)
Prejuízo diluído por ação – R\$	23	(0,12)	(0,01)	(0,12)	(0,01)

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020**

**(Em milhares de reais)**

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(311.373)	(15.324)	(311.373)	(15.324)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(311.373)</u>	<u>(15.324)</u>	<u>(311.373)</u>	<u>(15.324)</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020**

**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2.757.210</b>	<b>(221.009)</b>	<b>211.640</b>	<b>5.347.841</b>
Prejuízo do período	-	-	-	(15.324)	(15.324)
Reserva de incentivos fiscais	-	876	-	(876)	-
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(1.425)	1.425	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 (Reapresentado)</b>	<b>2.600.000</b>	<b>2.758.086</b>	<b>(222.434)</b>	<b>196.865</b>	<b>5.332.517</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>4.000.000</b>	<b>2.072.877</b>	<b>(230.706)</b>	<b>-</b>	<b>5.842.171</b>
Prejuízo do período	-	-	-	(311.373)	(311.373)
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(2.578)	2.578	-
<b>SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021</b>	<b>4.000.000</b>	<b>2.072.877</b>	<b>(233.284)</b>	<b>(308.795)</b>	<b>5.530.798</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Prejuízo do período		(311.373)	(15.324)	(311.373)	(15.324)
Ajustes por:					
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</b>					
Depreciação e amortização	25	47.875	52.439	33.194	37.411
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		1.514	1.198	1.514	224
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(272.988)	(185.515)	(148.428)	(85.623)
Equivalência patrimonial	13	3.493	(5.457)	(188.539)	(161.133)
Juros e variações monetárias		266.363	266.279	263.059	262.976
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	750.900	1.752.000	750.900	1.752.000
Efeitos da revisão tarifária periódica da RAP	12	(6.036)	-	(6.036)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	3.051	2.987	3.051	2.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	(245.610)	(88.350)	(246.533)	(88.183)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	8a	(976)	(4.302)	(904)	(4.132)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25b	8.251	10.468	8.387	10.420
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	187.348	(1.314.240)	187.348	(1.314.240)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	(13.167)	20.812	(13.167)	20.812
Obrigações pós-emprego	21	26.851	26.450	26.851	26.450
Outros		(6.148)	(356)	(5.832)	(356)
		<b>439.348</b>	<b>519.089</b>	<b>353.492</b>	<b>444.289</b>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>					
Consumidores e revendedores		97.635	126.917	108.350	151.962
Tributos compensáveis		353.906	(2.897)	352.184	(1.459)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(134.497)	(8.095)	(3.025)	(4.071)
Concessionários e transporte de energia		(61)	1.586	(405)	1.586
Depósitos vinculados a litígios		(507)	195.467	(434)	195.553
Dividendos recebidos		-	491	-	491
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato	11 e 12	215.925	154.935	148.704	89.120
Outros		14.196	(511)	(4.061)	12.990
		<b>546.597</b>	<b>467.893</b>	<b>601.313</b>	<b>446.172</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>					
Fornecedores		(86.179)	(102.918)	(29.473)	(89.879)
Impostos, taxas e contribuições		(272.534)	10.945	(273.061)	10.114
Imposto de renda e contribuição social a pagar		57.463	49.649	-	-
Salários e contribuições sociais		(3.812)	(4.277)	(3.785)	(4.211)
Encargos regulatórios		(8.726)	8.884	(8.339)	6.523
Obrigações pós-emprego	21	(22.342)	(19.720)	(22.342)	(19.720)
Outros		(9.973)	(2.932)	(8.856)	(15.500)
		<b>(346.103)</b>	<b>(60.369)</b>	<b>(345.856)</b>	<b>(112.673)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.659)	(135.369)	-	-
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(45.801)	(72.835)	(45.573)	(72.835)
Juros pagos de arrendamentos	16	(54)	(62)	(50)	(60)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>592.328</b>	<b>718.347</b>	<b>563.326</b>	<b>704.893</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aportes em investimentos	13b	-	-	(250)	-
Imobilizado	14	(27.791)	(25.158)	(20.700)	(14.776)
Intangível	15	(2.552)	(64)	(2.552)	(64)
Títulos e valores mobiliários		264.974	(136.787)	299.704	(110.998)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>234.631</b>	<b>(162.009)</b>	<b>276.202</b>	<b>(125.838)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(657.646)	(416.745)	(648.780)	(416.746)
Pagamentos de arrendamentos	16	(2.890)	(4.447)	(2.685)	(4.289)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>(660.536)</b>	<b>(421.192)</b>	<b>(651.465)</b>	<b>(421.035)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	384.397	211.608	290.995	136.208
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO</b>		<b>550.820</b>	<b>346.754</b>	<b>479.058</b>	<b>294.228</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
<b>RECEITAS</b>				
Venda de energia e serviços	2.121.937	2.075.744	1.882.984	1.884.922
Receita de construção	22.451	61.241	22.451	61.241
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão	145.042	71.580	145.042	71.580
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	124.560	99.892	-	-
Resultado da revisão tarifária periódica do contrato de transmissão	6.036	-	6.036	-
Investimentos em imobilizado	22.473	15.015	22.473	15.015
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	1.112	(3.543)	973	(3.543)
Outras receitas, líquidas	17	-	17	-
	<b>2.443.628</b>	<b>2.319.929</b>	<b>2.079.976</b>	<b>2.029.215</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(1.076.675)	(1.003.354)	(1.062.727)	(1.002.831)
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(53.484)	(53.983)	(40.225)	(40.257)
Serviços de terceiros	(59.017)	(62.581)	(50.167)	(53.152)
Materiais	(18.764)	(36.477)	(15.916)	(35.556)
Concessão onerosa	(792)	(680)	(789)	(678)
Outros custos operacionais	(8.875)	(33.466)	(6.346)	(32.531)
	<b>(1.217.607)</b>	<b>(1.190.541)</b>	<b>(1.176.170)</b>	<b>(1.165.005)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.226.021</b>	<b>1.129.388</b>	<b>903.806</b>	<b>864.210</b>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e amortização	(47.875)	(52.439)	(33.194)	(37.411)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>1.178.146</b>	<b>1.076.949</b>	<b>870.612</b>	<b>826.799</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.493)	5.457	188.539	161.133
Receitas financeiras	22.970	1.341.869	19.906	1.336.256
	<b>19.477</b>	<b>1.347.326</b>	<b>208.445</b>	<b>1.497.389</b>
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>1.197.623</b>	<b>2.424.275</b>	<b>1.079.057</b>	<b>2.324.188</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
		%		%
<b>Empregados</b>	<b>97.744</b>	<b>8,17</b>	<b>94.501</b>	<b>3,89</b>
Remuneração direta	62.960	5,26	58.463	2,41
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	30.972	2,59	32.056	1,32
FGTS	3.812	0,32	3.982	0,16
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>190.334</b>	<b>15,89</b>	<b>312.123</b>	<b>12,87</b>
Federais	25.773	2,15	167.359	6,90
Estaduais	163.806	13,68	143.143	5,90
Municipais	755	0,06	1.621	0,07
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>1.220.918</b>	<b>101,94</b>	<b>2.032.975</b>	<b>83,87</b>
Juros	1.220.217	101,88	2.031.542	83,81
Aluguéis	701	0,06	1.433	0,06
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(311.373)</b>	<b>(26,00)</b>	<b>(15.324)</b>	<b>(0,63)</b>
Prejuízos retidos	(311.373)	(26,00)	(15.324)	(0,63)
	<b>1.197.623</b>	<b>100,00</b>	<b>2.424.275</b>	<b>100,00</b>
			<b>1.079.057</b>	<b>100,00</b>
				<b>2.324.188</b>
				<b>100,00</b>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

### REFERENTES AO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 83 usinas, sendo 76 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.818 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



## **b) Covid-19**

### Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Desde o início da pandemia, no intuito de minimizar a queda na liquidez dos consumidores livres, a Companhia vem estabelecendo negociações para recebimento em parcelas dos valores devidos, garantindo o valor presente dos créditos. Da mesma forma, tem realizado negociações com os seus fornecedores de energia elétrica para diferimento dos pagamentos, garantindo a preservação da liquidez da Companhia.

### Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia do Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

Em função da retração da atividade industrial e comercial, nos primeiros trimestres de 2020, tivemos um maior impacto da pandemia em nosso negócio de comercialização de energia, com a utilização da flexibilidade nos contratos pelos nossos grandes clientes, o que afetou o resultado desse negócio. Esses impactos foram temporários e já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis esperados.

A variação acumulada, desde a terceira semana de março de 2020, início da pandemia, apresentou um aumento de 3,5% no consumo dos clientes livres até 28 de março de 2021.

Em 31 de março de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, cujos principais impactos estão descritos a seguir:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, e as liquidações semestrais do “swap” não foram suficientes para compensar a exposição à variação cambial do principal da dívida, gerando uma perda total de R\$938 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2021. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia;
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico;
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28; e

- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de maio de 2021, o Conselho de Administração autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

## 2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2020	31/03/2021	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	9	Imposto de renda e contribuição social
11	10	Depósitos vinculados a litígios
12	11	Ativos financeiros da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Operações de arrendamento mercantil
18	17	Fornecedores
19	18	Impostos, taxas e contribuições
22	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
21	20	Encargos regulatórios
22	21	Obrigações pós-emprego
23	22	Provisões
24	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
25	24	Receitas
26	25	Custos e despesas operacionais
27	26	Receitas e despesas financeiras
28	27	Transações com partes relacionadas
29	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
-	30	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
30	Seguros
31	Obrigações contratuais

### 2.3 Aplicação retrospectiva de política contábil e reclassificação de itens nas informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Nesse processo de revisão tarifária, considerando os resultados e critérios aplicados pelo Órgão Regulador na formulação da regulação a ser aplicada para os ativos da rede básica, entre eles, a sujeição da integralidade dos valores da RBSE a mecanismos de medição de eficiência operacional, retirando o seu caráter indenizatório, o que esclareceu certos elementos adicionais para determinação da política contábil, os quais não eram tão claros em 2018, época em que a RTP deveria ter ocorrido e em que a Companhia realizou a adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, a Companhia decidiu pela aplicação retrospectiva dos seguintes pontos, em consonância com a aplicação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020 e com os procedimentos também a serem adotados pelas demais empresas do setor de transmissão de energia no Brasil: (i) classificação como ativo de contrato dos ativos da RBSE, relativos à renovação da concessão amparada na Lei 12.783/14, (ii) alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão, (iii) determinação da taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

Dessa forma, a Companhia utilizou-se do método retrospectivo, com efeito cumulativo reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, nos termos dos itens 14 e 22 do CPC 23/IAS 08 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os ajustes realizados nas informações contábeis intermediárias reapresentadas em decorrência da mudança na política contábil foram relacionados a:

- Alocação de margem de lucratividade à obrigação de performance de construção da infraestrutura de transmissão, com base na abordagem do custo esperado mais margem;
- Uniformização do parâmetro para definição da taxa implícita utilizada no cálculo do componente financeiro do contrato;
- Reclassificação da parcela financeira do ativo de RBSE para ativo de contrato, haja vista a inclusão da contraprestação associada a esses ativos à base de remuneração regulatória, sujeitando-os aos mecanismos de eficiência da obrigação de performance de operação e manutenção.
- Efeitos tributários correntes e diferidos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos.

Os principais efeitos nas informações contábeis intermediárias reapresentadas para efeito comparativo em função da mudança de política contábil são demonstrados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Consolidado			Controladora		
	Jan a Mar/2020			Jan a Mar/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA (1)	1.891.666	(17.231)	1.874.435	1.644.300	(17.231)	1.627.069
CUSTOS OPERACIONAIS	(963.183)	-	(963.183)	(949.937)	-	(949.937)
OUTROS CUSTOS	(181.915)	-	(181.915)	(154.431)	-	(154.431)
CUSTO TOTAL	(1.145.098)	-	(1.145.098)	(1.104.368)	-	(1.104.368)
LUCRO BRUTO	746.568	(17.231)	729.337	539.932	(17.231)	522.701
DESPESAS OPERACIONAIS (2)	(99.276)	130	(99.146)	(98.148)	130	(98.018)
Resultado de equivalência patrimonial	5.457	-	5.457	161.133	-	161.133
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	652.749	(17.101)	635.648	602.917	(17.101)	585.816
Resultado financeiro	(689.673)	-	(689.673)	(689.323)	-	(689.323)
Resultado antes dos impostos	(36.924)	(17.101)	(54.025)	(86.406)	(17.101)	(103.507)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.649)	-	(49.649)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (3)	82.536	5.814	88.350	82.369	5.814	88.183
Prejuízo do período	(4.037)	(11.287)	(15.324)	(4.037)	(11.287)	(15.324)
Prejuízo por ação – R\$	(0,0014)	(0,00)	(0,01)	(0,0014)	(0,00)	(0,01)

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre os ajustes realizados.

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	Jan a Mar/2020			Jan a Mar/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
PREJUÍZO DO PERÍODO	(4.037)	(11.287)	(15.324)	(4.037)	(11.287)	(15.324)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(4.037)	(11.287)	(15.324)	(4.037)	(11.287)	(15.324)

Demonstração do fluxo de caixa	Consolidado			Controladora		
	Jan a Mar/2020			Jan a Mar/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>						
Prejuízo do período (1)	(4.037)	(11.287)	(15.324)	(4.037)	(11.287)	(15.324)
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>						
Impostos de renda e contribuição social diferidos (2)	(82.536)	(5.814)	(88.350)	(82.369)	(5.814)	(88.183)
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível (3)	1.328	(130)	1.198	354	(130)	224
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão (4)	(156.430)	(29.085)	(185.515)	(56.538)	(29.085)	(85.623)
PIS/Pasep e Cofins diferidos sobre receitas de transmissão (5)	-	(356)	(356)	-	(356)	(356)
Outros	807.436	-	807.436	633.551	-	633.551
	<b>565.761</b>	<b>(46.672)</b>	<b>519.089</b>	<b>490.961</b>	<b>(46.672)</b>	<b>444.289</b>
<b>(Aumento) Redução de ativos</b>						
Ativos financeiros da concessão e ativos de contrato (6)	108.263	46.672	154.935	42.448	46.672	89.120
Outros	312.958	-	312.958	357.052	-	357.052
	<b>421.221</b>	<b>46.672</b>	<b>467.893</b>	<b>399.500</b>	<b>46.672</b>	<b>446.172</b>
<b>Aumento (redução) de passivos</b>	<b>(60.369)</b>	-	<b>(60.369)</b>	<b>(112.673)</b>	-	<b>(112.673)</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>926.613</b>	-	<b>926.613</b>	<b>777.788</b>	-	<b>777.788</b>
Outros	(208.266)	-	(208.266)	(72.895)	-	(72.895)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>718.347</b>	-	<b>718.347</b>	<b>704.893</b>	-	<b>704.893</b>

- (1) Ajuste da aplicação retrospectiva de política contábil no resultado para o período findo em 31 de março de 2020.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre os ajustes realizados.
- (3) Outros ajustes imateriais referentes a provisões para perdas e transferências.
- (4) Ajuste da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como a o ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica;
- (5) Impactos de PIS/Pasep e Cofins no cálculo das receitas dos contratos, incluindo o diferimento destes tributos.
- (6) Ajuste sobre os recebimentos vinculados ao ativo de contrato, tendo em vista a realocação da contraprestação à obrigação de performance de construção.

Demonstração do valor adicionado	Consolidado			Controladora		
	Jan a Mar/2020			Jan a Mar/2020		
	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente divulgado	Ajustes	Reapresentado
RECEITAS (1)	2.337.516	(17.587)	2.319.929	2.046.802	(17.587)	2.029.215
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (2)	(1.190.671)	130	(1.190.541)	(1.165.135)	130	(1.165.005)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.146.845</b>	<b>(17.457)</b>	<b>1.129.388</b>	<b>881.667</b>	<b>(17.457)</b>	<b>864.210</b>
RETENÇÕES	(52.439)	-	(52.439)	(37.411)	-	(37.411)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>1.094.406</b>	<b>(17.457)</b>	<b>1.076.949</b>	<b>844.256</b>	<b>(17.457)</b>	<b>826.799</b>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.347.326	-	1.347.326	1.497.389	-	1.497.389
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>2.441.732</b>	<b>(17.457)</b>	<b>2.424.275</b>	<b>2.341.645</b>	<b>(17.457)</b>	<b>2.324.188</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>						
Empregados	94.501	-	94.501	92.845	-	92.845
Impostos, taxas e contribuições (3)	318.293	(6.170)	312.123	226.273	(6.170)	220.103
Remuneração de capitais de terceiros	2.032.975	-	2.032.975	2.026.564	-	2.026.564
Remuneração de capitais próprios	(4.037)	(11.287)	(15.324)	(4.037)	(11.287)	(15.324)
	<b>2.441.732</b>	<b>(17.457)</b>	<b>2.424.275</b>	<b>2.341.645</b>	<b>(17.457)</b>	<b>2.324.188</b>

- (1) Refere-se ao reconhecimento da margem associada à obrigação de performance dos serviços de construção da infraestrutura de transmissão, bem como ao ajuste do componente financeiro do contrato e do resultado da revisão tarifária periódica.
- (2) Refere-se à reversão de perdas esperadas registradas em outras despesas em períodos anteriores.
- (3) Refere-se aos tributos diferidos sobre as receitas reconhecidas e ajustes no resultado (PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL).

Foram reconhecidos os tributos diferidos incidentes sobre os ajustes realizados.

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o período findo em 31 de março de 2020. Todos os efeitos da reapresentação impactaram somente o segmento de transmissão, apresentados na nota explicativa nº 29.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades controladas	31/03/2021 e 31/12/2020	
	Forma de avaliação	Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100



## 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas hidrelétricas</b>			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Poço Fundo (1) (7)	Cemig Geração Poço Fundo	01/2021	08/2045
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajuru, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
<b>Usinas Eólicas</b>			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo Ministério de Minas e Energia - MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina, levando à baixa do ativo nos registros contábeis desta controlada. Em fevereiro de 2021, a concessão referente à UTE Igarapé foi extinta pelo Ministério de Minas e Energia - MME, em face ao requerimento de rescisão apresentado pela Companhia.
- A Aneel autorizou, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.735, de 23 de fevereiro de 2021, a transferência da titularidade da concessão da PCH Poço Fundo da Cemig Geração e Transmissão S.A. para a Cemig Geração Poço Fundo. S.A.. A formalização da transferência foi realizada por meio da assinatura do novo contrato de concessão, de número 01/2021, em 16 de abril de 2021.

A Companhia produz energia por meio de 9 hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW, com potência instalada total de 11,53 MW, e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Contas bancárias	9.749	9.919	914	1.118
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	330.838	316.680	329.476	244.469
Overnight (2)	207.989	57.798	146.424	45.408
Outros	2.244	-	2.244	-
	<b>541.071</b>	<b>374.478</b>	<b>478.144</b>	<b>289.877</b>
	<b>550.820</b>	<b>384.397</b>	<b>479.058</b>	<b>290.995</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 90,00% a 109,00% em 31 de março de 2021 (80,00% a 107,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 2,64% a.a. em 31 de março de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	19.613	183.930	13.807	144.501
Letras financeiras (LF's) – Bancos (2)	722.975	699.325	508.975	549.412
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (3)	139.372	246.471	98.118	193.636
Debêntures (4)	2.334	2.011	1.643	1.580
Outros	528	544	528	542
	<b>884.822</b>	<b>1.132.281</b>	<b>623.071</b>	<b>889.671</b>
<b>Não circulante</b>				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (2)	227.241	246.121	159.977	193.360
Debêntures (4)	9.725	8.360	6.847	6.568
	<b>236.966</b>	<b>254.481</b>	<b>166.824</b>	<b>199.928</b>
	<b>1.121.788</b>	<b>1.386.762</b>	<b>789.895</b>	<b>1.089.599</b>

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 108,50% a 117,00% em 31 de março de 2021 (106,00% a 110,00% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 103,10% a 157,00% do CDI em 31 de março de 2021 (99,50% a 130,00% em 31 de dezembro 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 2,60% a 2,90% a.a. em 31 de março de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 109,00% do CDI em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 27 e 28, respectivamente.

## 7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2021	31/12/2020
Industrial	22.643	319.938	12.440	20.135	32.624	407.780	340.268
Comércio, serviços e outras	710	69.391	2.674	9.871	-	82.646	102.839
Suprimento a outras concessionárias	16.547	231.359	19.227	720	198	268.051	319.274
Concessionários – transp. de energia	10.539	91.013	1.197	1.979	5.241	109.969	109.908
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	1.793	7.725	86.378	-	-	95.896	189.627
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(6.347)	-	(8)	(161)	(27.151)	(33.667)	(34.779)
	<b>45.885</b>	<b>719.426</b>	<b>121.908</b>	<b>32.544</b>	<b>10.912</b>	<b>930.675</b>	<b>1.027.137</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>925.960</b>	<b>1.020.363</b>
Consumidores e revendedores						815.991	910.455
Concessionários – Transp. energia						109.969	109.908
<b>Ativo não circulante</b>						<b>4.715</b>	<b>6.774</b>
Consumidores e revendedores						4.715	6.774

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	31/03/2021	31/12/2020
Industrial	2.509	288.452	6.559	15.199	19.328	332.047	265.425
Comércio, serviços e outras	710	69.391	2.674	9.871	-	82.646	102.839
Suprimento a outras concessionárias	6.463	183.921	16.206	705	197	207.492	260.965
Concessionários – transp. de energia	11.985	91.069	1.197	1.979	5.241	111.471	111.066
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	1.793	-	86.378	-	-	88.171	189.477
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(8)	(161)	(17.112)	(17.281)	(18.254)
	<b>23.460</b>	<b>632.833</b>	<b>113.006</b>	<b>27.593</b>	<b>7.654</b>	<b>804.546</b>	<b>911.518</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>802.290</b>	<b>908.646</b>
Consumidores e revendedores						690.819	797.580
Concessionários – Transp. energia						111.471	111.066
<b>Ativo não circulante</b>						<b>2.256</b>	<b>2.872</b>
Consumidores e revendedores						2.256	2.872

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.779	18.254
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	(1.112)	(973)
Saldos em 31 de março de 2021	<b>33.667</b>	<b>17.281</b>

## 8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
ICMS a recuperar	9.566	12.325	6.468	6.809
Cofins (a) (b)	171.141	259.102	169.044	256.627
PIS/Pasep (a) (b)	37.581	56.682	36.880	55.893
INSS	14.779	14.698	14.779	14.698
Outros	1.531	4.994	1.528	4.991
	<b>234.598</b>	<b>347.801</b>	<b>228.699</b>	<b>339.018</b>
<b>Não circulante</b>				
ICMS a recuperar (b)	25.948	23.850	24.383	23.851
Cofins (a)	25.064	24.983	-	-
PIS/Pasep (a)	5.514	5.496	-	-
Outros	-	431	-	-
	<b>56.526</b>	<b>54.760</b>	<b>24.383</b>	<b>23.851</b>
	<b>291.124</b>	<b>402.561</b>	<b>253.082</b>	<b>362.869</b>

### a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de esta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia em 2019.

A Companhia está recuperando os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, resguardando o direito à restituição dos valores daqueles que ingressaram com ações até 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado (e não somente o recolhido), conforme critério de registro adotado pela Companhia.

Diante disso, a Companhia possui registrado no ativo circulante o valor dos créditos cuja expectativa de compensação não ultrapassa o prazo de 12 meses, nos montantes de R\$35.966 e R\$165.663 para PIS/Pasep e Cofins, respectivamente, com atualização pela SELIC até a data da sua efetiva compensação.

Esses créditos tributários são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 31 de março de 2021, de R\$976 e R\$904, respectivamente, conforme nota explicativa nº 26.

No primeiro trimestre de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no montante de R\$107.564 (R\$328.750 no exercício de 2020).

#### b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de ativo imobilizado e intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do período fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
Imposto de renda	343.801	342.199	342.755	340.293
Contribuição social	125.730	125.501	125.516	124.953
	<b>469.531</b>	<b>467.700</b>	<b>468.271</b>	<b>465.246</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda	1.797	-	-	-
	<b>1.797</b>	-	-	-

## b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda	39.148	92.948
Contribuição social	13.799	35.064
	<b>52.947</b>	<b>128.012</b>

## c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	467.238	284.526	467.238	284.526
Obrigações pós-emprego	462.430	459.381	462.430	459.381
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	8.963	11.169	5.875	6.206
Provisões para contingências	116.855	114.343	116.800	114.288
Provisão put SAAG	177.816	182.293	177.816	182.293
Provisão para perdas em investimentos	254.542	256.835	254.542	256.835
Outras provisões	41.301	41.301	41.301	41.301
Concessão onerosa	10.326	9.707	10.326	9.707
Outros	21.724	19.625	15.551	13.464
	<b>1.561.195</b>	<b>1.379.180</b>	<b>1.551.879</b>	<b>1.368.001</b>
<b>PASSIVO</b>				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(223.029)	(224.610)	(205.080)	(206.408)
Atualização ativo de contrato	(773.688)	(768.126)	(773.688)	(768.126)
Valor justo de participações societárias	(136.095)	(138.247)	(136.095)	(138.247)
Atualização de depósitos judiciais	(391)	(391)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (swap)	(938.938)	(1.002.636)	(938.938)	(1.002.636)
Outros	(7.909)	(7.761)	(6.148)	(7.187)
	<b>(2.080.050)</b>	<b>(2.141.771)</b>	<b>(2.059.949)</b>	<b>(2.122.604)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(518.855)</b>	<b>(762.591)</b>	<b>(508.070)</b>	<b>(754.603)</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>8.162</b>	<b>10.969</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>(527.017)</b>	<b>(773.560)</b>	<b>(508.070)</b>	<b>(754.603)</b>

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(762.591)</b>	<b>(754.603)</b>
Efeitos alocados ao resultado	245.610	246.533
Outros	(1.874)	-
<b>Saldo em 31 de março de 2021</b>	<b>(518.855)</b>	<b>(508.070)</b>

## d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (reapresentado)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(499.520)</b>	<b>(54.025)</b>	<b>(557.906)</b>	<b>(103.507)</b>
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (34%)	169.837	18.369	189.688	35.192
<b>Efeitos fiscais incidentes sobre:</b>				
Incentivos fiscais	4	4	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(4.746)	(609)	62.133	53.301
Multas indedutíveis	(83)	(160)	(83)	(160)
Contribuições e doações indedutíveis	-	(38)	-	(38)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	28.248	21.152	-	-
Outros	(5.113)	(17)	(5.205)	(112)
<b>Imposto de renda e contribuição social – receita efetiva</b>	<b>188.147</b>	<b>38.701</b>	<b>246.533</b>	<b>88.183</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(57.463)	(49.649)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	245.610	88.350	246.533	88.183
	<b>188.147</b>	<b>38.701</b>	<b>246.533</b>	<b>88.183</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>(37,67)%</b>	<b>(71,64)%</b>	<b>(44,19)%</b>	<b>(85,20)%</b>

## 10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Trabalhistas</b>	<b>26.571</b>	<b>25.653</b>	<b>25.992</b>	<b>25.075</b>
<b>Fiscais</b>				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.496	17.473	16.180	16.157
PIS/Pasep e Cofins (1)	6.301	6.300	-	-
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	67.451	67.371	67.451	67.371
IPTU	12.900	12.852	12.898	12.850
CSLL (3)	18.062	18.062	18.062	18.062
Outros	3.603	3.549	3.386	3.332
	<b>125.813</b>	<b>125.607</b>	<b>117.977</b>	<b>117.772</b>
<b>Outros</b>				
Bloqueio judicial	905	1.357	873	1.325
Regulatórios	2.939	2.931	2.939	2.931
Outros	4.860	4.773	4.749	4.735
	<b>8.704</b>	<b>9.061</b>	<b>8.561</b>	<b>8.991</b>
	<b>161.088</b>	<b>160.321</b>	<b>152.530</b>	<b>151.838</b>

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes na nota explicativa nº 8a.
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

## 11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Geração - Indenização a receber (11.1)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.2)	2.606.537	2.549.198	-	-
	<b>3.422.739</b>	<b>3.365.400</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>
<b>Circulante</b>	<b>265.354</b>	<b>258.588</b>	-	-
<b>Não circulante</b>	<b>3.157.385</b>	<b>3.106.812</b>	<b>816.202</b>	<b>816.202</b>

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.365.400</b>	<b>816.202</b>
Atualização financeira	124.560	-
Recebimentos	(67.221)	-
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>3.422.739</b>	<b>816.202</b>

### 11.1 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
<b>Lote D</b>				
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
<b>Outras</b>				
UHE Volta Grande	fev/17	380,00	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408,00	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424,00	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710,00	1.762	2.711
		<b>3.601,70</b>	<b>203.545</b>	<b>816.202</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.



Em 31 de março de 2021, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguara, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019, para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo, a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

### 11.2 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2020	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/03/2021
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.447.210	68.312	(36.118)	1.479.404
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	454.256	21.508	(11.390)	464.374
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	170.460	8.749	(4.843)	174.366
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	127.814	6.530	(3.605)	130.739
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	167.206	8.954	(5.072)	171.088
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	113.807	6.544	(3.852)	116.499
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	68.445	3.963	(2.341)	70.067
<b>Total</b>		<b>2.549.198</b>	<b>124.560</b>	<b>(67.221)</b>	<b>2.606.537</b>

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

## 12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 31 de março de 2021:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Transmissão – Rede Básica - Lei 12.783/13	1.942.689	1.895.854	1.942.689	1.895.854
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.697.773	1.738.848	1.697.773	1.738.848
	<b>3.640.462</b>	<b>3.634.702</b>	<b>3.640.462</b>	<b>3.634.702</b>
<b>Circulante</b>	<b>751.918</b>	<b>718.430</b>	<b>751.918</b>	<b>718.430</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.888.544</b>	<b>2.916.272</b>	<b>2.888.544</b>	<b>2.916.272</b>

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.634.702</b>
Adições	22.451
Atualização financeira	145.042
Resultado da Revisão Tarifária Periódica	6.036
Recebimentos	(167.769)
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>3.640.462</b>

Os valores a receber da Companhia são decorrentes dos Contratos de Concessão nº 006/97 e nº 079/00, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	32.768	28.600
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	548.890	533.430
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	170.260	156.400
	<b>751.918</b>	<b>718.430</b>
<b>Não circulante</b>		
Contrato de Concessão - 079/00 (a)	146.557	132.589
Contrato de Concessão - 006/97 (b)		
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE	1.285.844	1.362.424
Rede Básica de Novas Instalações - RBNI	1.456.143	1.421.259
	<b>2.888.544</b>	<b>2.916.272</b>
	<b>3.640.462</b>	<b>3.634.702</b>

#### **a) Contrato de Concessão nº 006/97**

O contrato regula a exploração do serviço público das instalações de transmissão classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei nº 9.074/1995 e regulamentação pertinente, vigente até 31 de dezembro de 2042.

O contrato foi renovado em 04 de dezembro de 2012, pelo prazo de 30 anos, contados a partir de 1º de janeiro de 2013, em função da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783/2013, com previsão de indenização dos ativos não depreciados em 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP do contrato 006/1997, por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Neste processo a RAP do ciclo 2018-2019 foi reposicionada em 9,13% frente a RAP provisória deste mesmo período. Embora finalizada apenas em 2020, a revisão teve efeitos retroativos a julho de 2018.

Como resultado da RTP, foi reconhecida a receita de R\$528.598 no resultado da Companhia de 2020, sendo R\$321.453 para os ativos de RBNI e R\$207.145 para os ativos da RBSE, correspondentes à prorrogação das concessões, amparada na Lei 12.783/13, que foram incluídos na base de remuneração regulatória.

Em 22 de abril de 2021, a Resolução nº 2.852 alterou o reposicionamento da RAP determinado pela Resolução nº 2.712/2020, retroativamente a 1º de julho de 2018, bem como a parcela de ajuste de Revisão, com efeitos financeiros no reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, a vigorar de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A Companhia está avaliando os efeitos da referida resolução e não espera perdas em seu ativo de contrato em razão da aplicação das alterações introduzidas.

Em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, a Companhia reclassificou para o ativo de contrato os valores registrados como ativo financeiro por ocasião da adoção inicial do CPC 47/IFRS 15, referentes à parcela financeira da RBSE, que representa o montante a pagar desde a prorrogação das concessões de transmissão até a sua incorporação à tarifa, a ser recebida no prazo de 8 anos, representando exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão. O valor reclassificado no período findo em 31 de março de 2020 corresponde a R\$1.279.476.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP ocorrerá em junho de 2023, com vigência a partir de 1º de julho de 2023. O índice utilizado para corrigir o contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

### *Ativos RBSE - atualização pelo custo de capital regulatório*

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à Aneel, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018.

A Aneel, naquele momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que considerava a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso.

Em 06 de janeiro de 2021, a Advocacia Geral da União emitiu parecer sobre os efeitos jurídicos da reversão de medidas judiciais que suspendiam a remuneração do custo de capital das transmissoras definida na Portaria MME 120/2016, concluindo que esta deve ser atualizada pela taxa referente ao custo de capital próprio até 1º de julho de 2020, data do “efetivo pagamento”, sendo incorporada à RAP das transmissoras a partir do processo de 1º de julho de 2020 (ciclo 2020-2021), pelo prazo de oito anos.

Em 22 de abril de 2021, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº 2.852, que alterou a Resolução Homologatória nº 2.712/2020, definindo, dentre outras disposições, o referido componente financeiro. De acordo com o voto anexo à Resolução, em decorrência do cumprimento dos Pareceres de Força Executória emitidos pela Procuradoria Federal junto à ANEEL, o custo de capital próprio associado ao componente financeiro foi incorporado ao cálculo dos processos de revisão periódica de 2018 da RAP das concessões de transmissão prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, causando dois efeitos: (i) novo valor do componente a ser considerado na RAP dos ciclos tarifários de 2020-2021 a 2025-2026; e (ii) valor residual referente à diferença entre o valor pago às transmissoras entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020 e o valor devido após a cassação das liminares.

Assim, o saldo devedor desse componente foi recalculado, considerando o custo de capital remunerado à taxa de custo de capital próprio até a data do efetivo pagamento (1º de julho de 2020), descontado dos valores pagos trazidos a valor presente.

Contudo, em razão da pressão tarifária resultante dos efeitos da pandemia de Covid-19 e diante do alto risco de inadimplemento no setor elétrico, a Aneel optou por uma alternativa de “reperfilamento” desses pagamentos, dentro do prazo de oito anos, de forma gradativa, e assegurando o valor presente líquido da operação. O perfil proposto considera o patamar mínimo de pagamento da dívida no ciclo 2021-2022, ou seja, com amortização nula do saldo devedor; taxa de amortização no ciclo 2022-2023 igual a 3,0%, de modo a amortizar parte da dívida e manter o patamar de pagamento estável; e pagamentos constantes nos ciclos 2023-2024 a 2027-2028, com taxas de amortização de 16,11% ao ano. Dessa forma, esse componente não deve ser objeto da revisão periódica de 2023, a fim de promover a estabilidade regulatória e a mitigação do risco setorial.

A Companhia está avaliando os efeitos da decisão da Aneel, consubstanciada na Resolução Homologatória 2.852/2021, a partir do recálculo do componente financeiro incluindo a remuneração do custo de capital à taxa do custo de capital próprio, em substituição à taxa do custo médio ponderado de capital regulatório, para o período de junho de 2017 a junho de 2020, e os novos valores do componente para os ciclos de 2020-2021 a 2025-2026, considerando o reperfilamento dos pagamentos, nos termos da Resolução. Considerando que a decisão da Aneel resultou em aumento do componente financeiro a ser recebido pela Companhia, não há expectativas de perdas relativas a esta parcela.

#### **b) Contrato de Concessão nº 079/00**

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na implantação, manutenção e operação de transmissão das seguintes instalações: SE Itajubá 3, LT Itajubá 3/Poços de Caldas e LT Itajubá 3/ Cachoeira Paulista, vigente até 04 de outubro de 2034.

A Resolução Homologatória nº 2.825, de 15 de dezembro de 2020, homologou o resultado das Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) da Receita Anual Permitida – RAP dos Contratos de Transmissão de Energia Elétrica licitados que tinham previsão de Revisão Tarifária para julho de 2019. Conforme previsão contratual, somente as receitas estabelecidas provisoriamente advindas das autorizações de reforços e melhorias são revisadas. A RTP resultou no reconhecimento da receita de R\$23.254 no resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em face dos resultados deliberados pela Resolução Homologatória, a Companhia apresentou pedido de reconsideração, que resultou no reconhecimento das seguintes inconsistências pela Aneel: (i) não desconto sobre o valor reavaliado das alíquotas de PIS/Pasep e Cofins relativas ao benefício do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI e; (ii) erro material no reconhecimento dos valores da taxa anual média de depreciação. Assim, os valores das RAPs e das parcelas de ajuste para o contrato nº 079/00 da Companhia foram alterados, conforme Resolução Homologatória nº 2.839, de 30 de março de 2021, gerando um ajuste positivo de R\$6.036 no ativo de contrato em 31 de março de 2021. O valor total de receita reconhecida no resultado do exercício em relação à revisão tarifária, líquido de tributos incidentes é de R\$5.816.

Estes novos valores irão compor a nova RAP a partir do reajuste do ciclo 2021-2022, sendo a Parcela de Ajuste referente a retroatividade da RAP paga em 3 prestações nos próximos reajustes da receita.

A próxima Revisão Tarifária Periódica – RTP dos reforços aprovados ocorrerá em junho de 2024, com vigência a partir de 1º de julho de 2024. O índice de atualização do contrato é o Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M.

### 13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Coligadas</b>				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	165.659	209.374	165.659	209.374
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	121.936	157.476	121.936	157.476
<b>Controladas em conjunto</b>				
Hidrelétrica Cachoeirão	54.911	53.215	54.911	53.215
Guanhães Energia	171.645	131.391	171.645	131.391
Hidrelétrica Pipoca	38.116	35.552	38.116	35.552
Lightger	49.940	51.805	49.940	51.805
Baguari Energia	153.349	159.029	153.349	159.029
Aliança Norte (usina Belo Monte)	625.000	631.227	625.000	631.227
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	955.047	965.255	955.047	965.255
Aliança Geração	1.202.711	1.166.240	1.202.711	1.166.240
Retiro Baixo	194.206	195.235	194.206	195.235
<b>Controladas</b>				
Cemig Baguari	-	-	101	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.484.540	1.452.217
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	470.533	455.480
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	186.088	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	143.295	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	181.642	174.005
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	128.912	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	89.658	83.870
Rosal Energia S.A.	-	-	130.484	127.020
Sá Carvalho S.A.	-	-	111.063	115.486
Horizontes Energia S.A.	-	-	56.060	55.461
Cemig PCH S.A.	-	-	98.690	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	3.946	3.801
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	30.219	56.838
Cemig Trading S.A.	-	-	16.151	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	165.657	161.061
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	245.705	245.436
<b>Total do investimento</b>	<b>3.732.520</b>	<b>3.755.799</b>	<b>7.275.264</b>	<b>7.257.319</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto (1)	(29.890)	(29.615)	(29.890)	(29.615)
<b>Total</b>	<b>3.702.630</b>	<b>3.726.184</b>	<b>7.245.374</b>	<b>7.227.704</b>

(1) A controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 31 de março de 2021 alcançou o montante de R\$29.890 (R\$29.615 em 31 de dezembro de 2020). A perda está apresentada no Balanço Patrimonial como Outras obrigações.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2021, a Administração da Companhia analisou se o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (nota explicativa nº 1.c) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Como resultado das análises, a Companhia concluiu que a pandemia trouxe efeitos conjunturais e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, não sendo observadas perdas no valor recuperável dos seus investimentos. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

#### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos e sua amortização ocorrerá no período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$52.703 (R\$53.858 em 31 de dezembro de 2020) e R\$72.289 (R\$73.983 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2020	Amortização	31/03/2021
Retiro Baixo	29.186	(347)	28.839
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(184)	16.342
Aliança Geração	326.915	(6.327)	320.588
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	48.632	(493)	48.139
	<b>421.259</b>	<b>(7.351)</b>	<b>413.908</b>

Controladora	31/12/2020	Amortização	31/03/2021
Retiro Baixo	29.186	(347)	28.839
Central Eólica Praias de Parajuru	53.858	(1.155)	52.703
Central Eólica Volta do Rio	73.983	(1.694)	72.289
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	16.526	(184)	16.342
Aliança Geração	326.915	(6.327)	320.588
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	48.632	(493)	48.139
	<b>549.100</b>	<b>(10.200)</b>	<b>538.900</b>

**b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:**

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/03/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	3.996	(2.300)	54.911
Guanhães Energia	131.391	40.254	-	171.645
Hidrelétrica Pipoca	35.552	2.564	-	38.116
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	209.374	(43.715)	-	165.659
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	157.476	(35.540)	-	121.936
Baguari Energia	159.029	5.155	(10.835)	153.349
Lightger	51.805	1.132	(2.997)	49.940
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(10.208)	-	955.047
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(6.227)	-	625.000
Aliança Geração	1.166.240	36.471	-	1.202.711
Retiro Baixo	195.235	2.900	(3.929)	194.206
<b>Total do investimento</b>	<b>3.755.799</b>	<b>(3.218)</b>	<b>(20.061)</b>	<b>3.732.520</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(29.615)	(275)	-	(29.890)
<b>Total</b>	<b>3.726.184</b>	<b>(3.493)</b>	<b>(20.061)</b>	<b>3.702.630</b>

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 31/03/2021
Hidrelétrica Cachoeirão	53.215	3.996	-	(2.300)	54.911
Guanhães Energia	131.391	40.254	-	-	171.645
Hidrelétrica Pipoca	35.552	2.564	-	-	38.116
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	209.374	(43.715)	-	-	165.659
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	157.476	(35.540)	-	-	121.936
Baguari Energia	159.029	5.155	-	(10.835)	153.349
Central Eólica Praias Parajuru	161.061	6.909	-	(2.313)	165.657
Central Eólica Volta do Rio	245.436	269	-	-	245.705
Lightger	51.805	1.132	-	(2.997)	49.940
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	965.255	(10.208)	-	-	955.047
Aliança Norte (usina Belo Monte)	631.227	(6.227)	-	-	625.000
Aliança Geração	1.166.240	36.471	-	-	1.202.711
Retiro Baixo	195.235	2.900	-	(3.929)	194.206
Cemig Baguari	55	(4)	50	-	101
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.452.217	66.655	-	(34.332)	1.484.540
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	455.480	22.845	-	(7.792)	470.533
Cemig Ger. Itutinga S.A.	179.745	16.686	-	(10.343)	186.088
Cemig Geração Camargos S.A.	143.704	11.326	-	(11.735)	143.295
Cemig Geração Sul S.A.	174.005	16.768	-	(9.131)	181.642
Cemig Geração Leste S.A.	127.128	11.845	-	(10.061)	128.912
Cemig Geração Oeste S.A.	83.870	5.788	-	-	89.658
Rosal Energia S.A.	127.020	7.477	-	(4.013)	130.484
Sá Carvalho S.A.	115.486	13.554	-	(17.977)	111.063
Horizontes Energia S.A.	55.461	599	-	-	56.060
Cemig PCH S.A.	89.898	9.469	-	(677)	98.690
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.801	(55)	200	-	3.946
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	56.838	1.508	-	(28.127)	30.219
Cemig Trading S.A.	30.315	393	-	(14.557)	16.151
<b>Total do Investimento</b>	<b>7.257.319</b>	<b>188.814</b>	<b>250</b>	<b>(171.119)</b>	<b>7.275.264</b>
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(29.615)	(275)	-	-	(29.890)
<b>Total</b>	<b>7.227.704</b>	<b>188.539</b>	<b>250</b>	<b>(171.119)</b>	<b>7.245.374</b>



c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 31 de março de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
<b>Coligadas</b>							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	1.749.198	15,51	10.619.786	2.259.093
<b>Controladas em conjunto</b>							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	110.939	49,00	35.000	108.602
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	350.295	49,00	548.626	268.144
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	77.970	49,00	41.360	72.554
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	221.004	69,39	186.573	229.189
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	101.920	49,00	79.232	105.724
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.923.360.811	49,00	1.209.043	1.177.268	49,00	1.209.043	1.188.963
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.697.723	74,50	1.322.698	1.281.811	74,50	1.322.698	1.295.644
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.953.918	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	331.397	49,90	225.350	324.810
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	2.960.776	(1.127.370)	36,23	2.960.776	(1.107.637)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	71.708.500	49,00	71.709	(60.999)	49,00	71.709	(60.438)
<b>Controladas</b>							
Cemig Baguari	356.000	100,00	406	101	100,00	356	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.484.540	100,00	1.291.423	1.452.217
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	470.533	100,00	405.268	455.480
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	186.088	100,00	151.309	179.745
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	143.295	100,00	113.499	143.704
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	181.642	100,00	148.147	174.006
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	128.912	100,00	100.569	127.128
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	89.658	100,00	60.595	83.870
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	130.484	100,00	46.944	127.019
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	111.063	100,00	36.833	115.486
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	56.060	100,00	39.258	55.461
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	98.690	100,00	45.952	89.898
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.602	3.946	100,00	1.402	3.801
Empresa de Serviços de							
Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	30.219	100,00	486	56.838
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	16.151	100,00	1.000	30.315
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	70.560.000	100,00	85.835	112.954	100,00	70.560	107.204
Central Eólica Volta do Rio S.A.	117.230.000	100,00	274.867	173.416	100,00	117.230	171.453

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nessa investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. A Renova revisou o saldo do seu investimento na controlada em conjunto Brasil PCH e reconheceu em suas demonstrações financeiras ajustes relacionados à equivalência patrimonial referentes ao exercício de 2018, o que gerou a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2019. Em 05 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação do aumento de seu capital social para R\$3.295.178, dividido em 100.142.466 ações, sendo 50.854.986 ações ordinárias e 49.287.480 ações preferenciais. Como a Companhia não acompanhou o referido aumento de capital, a sua participação passou a ser de 29,72% no capital votante e de 15,09% no capital total.

## Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 31 de março de 2021, a MESA apresentou prejuízo de R\$509.895 (R\$432.278 em 31 de março de 2020) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$169.818 (R\$204.792 em 31 de dezembro de 2020).

Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

### Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678 milhões, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 31 de março de 2021, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678 milhões.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo também é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

### **Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)**

Em 31 de março de 2021, a Renova apresentou prejuízo de R\$30.023 (R\$53.166 em 31 de março de 2020), prejuízos acumulados de R\$4.024.210 (R\$3.994.187 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$1.127.370 (R\$1.107.637 em 31 de dezembro de 2020). A investida apresentou capital circulante líquido positivo, no montante de R\$556.109 (R\$272.539 em 31 de dezembro de 2020), refletindo os efeitos do plano de recuperação judicial, que permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo do grupo, com a repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

#### Recuperação judicial - Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”).

Em 25 de outubro de 2019, a Companhia concedeu à Renova adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000 e subseqüentemente, a Cemig (controladora da Companhia) firmou contratos de mútuo com Dívida na Posse (DIP) no valor total de R\$36,5 milhões. Os recursos desses empréstimos, realizados de acordo com normas específicas dos processos de recuperação judicial, foram necessários para custear as despesas de manutenção das atividades da Renova, e foram autorizados pela Segunda Falência do Estado de São Paulo e pelo Juízo da Recuperação Judicial, sendo garantidos por cessão fiduciária de participação societária em empresa detentora de ativos de empreendimento eólico de propriedade da Renova, e também têm prioridade de recebimento em processo de recuperação judicial.

Em 02 de maio de 2020, o Tribunal de Falências e Recuperações Judiciais do Estado de São Paulo proferiu decisão determinando que o empréstimo DIP, no valor total de R\$36,5 milhões, com garantia real, já constituído e registrado, fosse subscrito como aumento de capital na Renova. A Companhia interpôs Embargos de Declaração e, em sessão permanente e virtual da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, decidiu dar provimento ao recurso. Com isso, as cláusulas do plano de recuperação que tratam dos contratos de empréstimos firmados pela Cemig são mantidas por enquanto.

Em 21 de setembro de 2020, a Renova aprovou a proposta realizada pela Companhia para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada firmado entre as partes e aditado de tempos em tempos, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o cumprimento do plano de reestruturação da Renova.

Em 8 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pela Prisma Capital Ltda. para aquisição dos direitos e ativos relacionados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B, na condição de primeiro proponente (“*Stalking Horse*”) e com direito de preferência na aquisição, sujeito a condições precedentes usuais, incluindo a aprovação na Assembleia Geral de Credores, que ocorreu em 18 de dezembro de 2020. Os recursos obtidos serão destinados ao cumprimento das suas obrigações no Plano de Recuperação Judicial e o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III-Fase A.

Em 18 de dezembro de 2020, os Planos de Recuperação Judicial ajuizados pela Renova foram aprovados pela Assembleia Geral de Credores (AGC) e homologados pelo juízo da recuperação no mesmo dia. Na AGC foi exposta a racionalidade econômico-financeira dos dois planos: (i) captação de empréstimo ponte para finalização do parque Alto Sertão III, assinado em 17 de dezembro de 2020, pelo valor de R\$350 milhões na modalidade “*debtor-in-possession*” (“DIP”) pela subsidiária Chipley SP Participações S.A. e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A., a serem destinados especialmente para o retomada das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A; (ii) alienação de ativos, principalmente a participação societária na Brasil PCH, além de projetos de energia eólica em desenvolvimento; (iii) renegociação do prazo de liquidação de passivos, sem alteração de valores apenas de prazos e (iv) conclusão das obras do parque eólico Alto Sertão III Fase A. Nessa linha, os planos descrevem de forma pormenorizada os meios de recuperação, detalham o empréstimo ponte “DIP” e identificam as Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), bem como o procedimento de alienação e a destinação dos recursos.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, os principais efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da Renova foram os seguintes: (i) os investimentos na UPI Brasil PCH, UPI Enerbras, UPI AS III Fase B, UPI Mina de Ouro e outros projetos em desenvolvimento estão apresentados como mantido para venda, no ativo circulante; (ii) os passivos foram atualizados desde a data do pedido de recuperação judicial até 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no referido plano; (iii) os passivos com controladores foram atualizados a partir da data da homologação do pedido de recuperação judicial a 100% do CDI; (iii) os juros provisionados no período entre a aprovação do pedido e aprovação do plano foram estornados.

Em 11 de fevereiro de 2021, o PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Prisma Capital Ltda., sagrou-se vencedor do processo competitivo para a alienação da UPI Fase B prevista no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, com uma proposta no valor de R\$58.386, 16,77% maior que o valor mínimo previsto no Plano. A Renova e o referido Fundo assinaram, em 02 de março de 2021, o contrato de compra e venda de ações da UPI Fase B, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova, sujeito à implementação das condições suspensivas usuais de mercado.

No dia 05 de março de 2021, no contexto da Recuperação Judicial, a Renova recebeu R\$362.465 provenientes do empréstimo na modalidade “debtor-in-possession” (“DIP”) contratado pela sua subsidiária Chipley SP Participações S.A. - em Recuperação Judicial e coobrigações da Renova e da Renova Participações S.A. - em Recuperação Judicial, por meio de uma Cédula de Crédito Bancário estruturada pela Quadra Gestão de Recursos S.A. (“Quadra Capital”) e emitida em favor da QI Sociedade de Crédito Ltda., conforme previsto e autorizado no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP. Os recursos obtidos permitirão a retomada das obras para conclusão da implantação e entrada em operação comercial do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

Em 06 de abril de 2021, a Renova concluiu a venda e transferiu para a Ventos Altos Energias Renováveis Ltda. a totalidade das ações da controlada indireta Azalea Participações S.A. detentora dos ativos e direitos do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase B objeto da operação.

Adicionalmente, em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da Renova aprovou a homologação parcial do aumento de capital social no valor de R\$334.398, que corresponde ao valor dos créditos a serem capitalizados nos termos dos planos de recuperação judicial. A Companhia não faz parte do grupo de credores que solicitaram a conversão de seus créditos em capital assim como não acompanhou o referido aumento de capital, passando a participação da Cemig GT na Renova para 29,72% do capital votante e 15,09% do capital total. Essa redução da participação acionária na Renova não impactou o atual controle compartilhado da Renova.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada e aprovada em juízo por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

## **Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.**

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 31 de março de 2021, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$174.300 (R\$160.351 em 31 de dezembro de 2020) e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

A NESA aderiu ao programa do BNDES de apoio à manutenção da capacidade produtiva, emprego e renda, diante do cenário da crise causada pela pandemia Covid-19, obtendo a suspensão do pagamento da Parcela Direta – FINEM de junho a novembro de 2020, e da Parcela Indireta de julho a dezembro de 2020, tendo como contrapartida a não distribuição de dividendos em 2020 acima de 25%. A adesão da investida a esse programa contribuiu significativamente para redução do seu capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de março de 2021 é de R\$2.603.000 (R\$2.407.000 em 31 de dezembro de 2020).

## **Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos**

*Investidas controladas em conjunto:*

*Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

#### *Madeira Energia S.A. (“MESA”)*

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas informações contábeis intermediárias.

#### *Renova Energia S.A. (“Renova”)*

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.



Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021 e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.



Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 31 de março de 2021 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

#### *Outras investigações*

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

#### *Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos*

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 31 de março de 2021, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

No segundo semestre de 2019, a Companhia assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ), os quais foram prorrogados em fevereiro de 2021 por um período adicional de seis meses. A Companhia tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

Em 2020, a Companhia iniciou procedimentos internos para apuração de alegações recebidas pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio de Ofícios encaminhados à Companhia cujo conteúdo compreende basicamente eventuais irregularidades no processo licitatório em compras, cujo processo de investigação está sendo conduzido por um novo Comitê Especial de Investigação – CEI, com o apoio de assessoria especializada.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as informações contábeis intermediárias e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

## 14. IMOBILIZADO

Consolidado	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>7.332.892</b>	<b>(5.135.629)</b>	<b>2.197.263</b>	<b>7.321.663</b>	<b>(5.091.975)</b>	<b>2.229.688</b>
Terrenos	246.775	(23.567)	223.208	246.775	(22.624)	224.151
Reservatórios, barragens e adutoras	3.301.345	(2.299.949)	1.001.396	3.299.589	(2.279.878)	1.019.711
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.100.414	(840.368)	260.046	1.100.414	(835.826)	264.588
Máquinas e equipamentos	2.650.819	(1.942.639)	708.180	2.641.324	(1.924.711)	716.613
Veículos	20.602	(18.875)	1.727	20.602	(18.756)	1.846
Móveis e utensílios	12.937	(10.231)	2.706	12.959	(10.180)	2.779
<b>Em curso</b>	<b>192.448</b>	<b>-</b>	<b>192.448</b>	<b>175.993</b>	<b>-</b>	<b>175.993</b>
Ativos em curso	192.448	-	192.448	175.993	-	175.993
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>7.525.340</b>	<b>(5.135.629)</b>	<b>2.389.711</b>	<b>7.497.656</b>	<b>(5.091.975)</b>	<b>2.405.681</b>

Controladora	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>6.190.276</b>	<b>(4.555.611)</b>	<b>1.634.665</b>	<b>6.182.139</b>	<b>(4.523.568)</b>	<b>1.658.571</b>
Terrenos	242.176	(23.191)	218.985	242.176	(22.261)	219.915
Reservatórios, barragens e adutoras	3.022.074	(2.158.982)	863.092	3.021.850	(2.141.101)	880.749
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.858	(801.741)	212.117	1.013.858	(797.915)	215.943
Máquinas e equipamentos	1.879.083	(1.542.979)	336.104	1.871.166	(1.533.759)	337.407
Veículos	20.388	(18.661)	1.727	20.388	(18.542)	1.846
Móveis e utensílios	12.697	(10.057)	2.640	12.701	(9.990)	2.711
<b>Em curso</b>	<b>127.039</b>	<b>-</b>	<b>127.039</b>	<b>114.568</b>	<b>-</b>	<b>114.568</b>
Ativos em curso	127.039	-	127.039	114.568	-	114.568
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>6.317.315</b>	<b>(4.555.611)</b>	<b>1.761.704</b>	<b>6.296.707</b>	<b>(4.523.568)</b>	<b>1.773.139</b>

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2021
<b>Em serviço</b>	<b>2.229.688</b>	-	<b>11.336</b>	<b>(1.514)</b>	<b>(42.247)</b>	<b>2.197.263</b>
Terrenos (1)	224.151	-	-	-	(943)	223.208
Reservatórios, barragens e adutoras	1.019.711	-	1.814	-	(20.129)	1.001.396
Edificações, obras civis e benfeitorias	264.588	-	-	-	(4.542)	260.046
Máquinas e equipamentos	716.613	-	9.522	(1.514)	(16.441)	708.180
Veículos	1.846	-	-	-	(119)	1.727
Móveis e utensílios	2.779	-	-	-	(73)	2.706
<b>Em curso</b>	<b>175.993</b>	<b>27.791</b>	<b>(11.336)</b>	-	-	<b>192.448</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>2.405.681</b>	<b>27.791</b>	<b>-</b>	<b>(1.514)</b>	<b>(42.247)</b>	<b>2.389.711</b>

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2021
<b>Em serviço</b>	<b>1.658.571</b>	-	<b>8.229</b>	<b>(1.514)</b>	<b>(30.621)</b>	<b>1.634.665</b>
Terrenos (1)	219.915	-	-	-	(930)	218.985
Reservatórios, barragens e adutoras	880.749	-	282	-	(17.939)	863.092
Edificações, obras civis e benfeitorias	215.943	-	-	-	(3.826)	212.117
Máquinas e equipamentos	337.407	-	7.947	(1.514)	(7.736)	336.104
Veículos	1.846	-	-	-	(119)	1.727
Móveis e utensílios	2.711	-	-	-	(71)	2.640
<b>Em curso</b>	<b>114.568</b>	<b>20.700</b>	<b>(8.229)</b>	-	-	<b>127.039</b>
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>1.773.139</b>	<b>20.700</b>	<b>-</b>	<b>(1.514)</b>	<b>(30.621)</b>	<b>1.761.704</b>

(1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

(2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,12%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

## Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/03/2021	31/12/2020
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,50	3,94	218.448	218.111
Depreciação acumulada			(119.899)	(117.271)
<b>Total em operação</b>			<b>98.549</b>	<b>100.840</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,50	-	1.523	1.580
<b>Total em construção</b>			<b>1.523</b>	<b>1.580</b>
<b>Total</b>			<b>100.072</b>	<b>102.420</b>

## 15. INTANGÍVEIS

Consolidado	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>300.434</b>	<b>(154.760)</b>	<b>145.674</b>	<b>298.944</b>	<b>(150.917)</b>	<b>148.027</b>
Servidão	14.692	(4.233)	10.459	13.217	(4.045)	9.172
Concessão onerosa	19.169	(13.457)	5.712	19.169	(13.288)	5.881
Ativos da concessão (1)	202.338	(77.346)	124.992	202.338	(74.497)	127.841
Outros	64.235	(59.724)	4.511	64.220	(59.087)	5.133
<b>Em curso</b>	<b>9.521</b>	<b>-</b>	<b>9.521</b>	<b>8.459</b>	<b>-</b>	<b>8.459</b>
Ativos em formação	9.521	-	9.521	8.459	-	8.459
<b>Intangível líquido</b>	<b>309.955</b>	<b>(154.760)</b>	<b>155.195</b>	<b>307.403</b>	<b>(150.917)</b>	<b>156.486</b>

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante líquido de R\$124.992 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	31/03/2021			31/12/2020		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor residual
<b>Em serviço</b>	<b>95.920</b>	<b>(77.095)</b>	<b>18.825</b>	<b>94.430</b>	<b>(76.149)</b>	<b>18.281</b>
Servidão	12.926	(4.081)	8.845	11.451	(3.923)	7.528
Concessão onerosa	19.169	(13.458)	5.711	19.169	(13.288)	5.881
Outros	63.825	(59.556)	4.269	63.810	(58.938)	4.872
<b>Em curso</b>	<b>9.505</b>	<b>-</b>	<b>9.505</b>	<b>8.443</b>	<b>-</b>	<b>8.443</b>
Ativos em formação	9.505	-	9.505	8.443	-	8.443
<b>Intangível líquido</b>	<b>105.425</b>	<b>(77.095)</b>	<b>28.330</b>	<b>102.873</b>	<b>(76.149)</b>	<b>26.724</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/03/2021
<b>Em serviço</b>	<b>148.027</b>	-	<b>1.490</b>	<b>(3.843)</b>	<b>145.674</b>
Servidão	9.172	-	1.475	(188)	10.459
Concessão onerosa	5.881	-	-	(169)	5.712
Ativos da concessão	127.841	-	-	(2.849)	124.992
Outros	5.133	-	15	(637)	4.511
<b>Em curso</b>	<b>8.459</b>	<b>2.552</b>	<b>(1.490)</b>	-	<b>9.521</b>
Ativos em formação	8.459	2.552	(1.490)	-	9.521
<b>Total</b>	<b>156.486</b>	<b>2.552</b>	-	<b>(3.843)</b>	<b>155.195</b>

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para bens em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Capitalização/ Transferência (1)	Amortização	Saldo em 31/03/2021
<b>Em serviço</b>	<b>18.281</b>	-	<b>1.490</b>	<b>(946)</b>	<b>18.825</b>
Servidão	7.528	-	1.475	(158)	8.845
Concessão onerosa	5.881	-	-	(170)	5.711
Outros	4.872	-	15	(618)	4.269
<b>Em curso</b>	<b>8.443</b>	<b>2.552</b>	<b>(1.490)</b>	-	<b>9.505</b>
Ativos em formação	8.443	2.552	(1.490)	-	9.505
<b>Total</b>	<b>26.724</b>	<b>2.552</b>	-	<b>(946)</b>	<b>28.330</b>

(1) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 13,03%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em 31 de dezembro de 2020, diante da conclusão da reforma dos 19 aerogeradores da controlada Volta do Rio, e a plena retomada da sua capacidade de geração de energia, a Companhia realizou o teste de impairment de seus ativos operacionais e foi constatado que será reestabelecido o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da controlada. Assim, a Companhia reverteu parcela da perda para redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente, resultando na reversão líquida de R\$13.825 em 31 de dezembro de 2020, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (WACC) definido pela Companhia para a atividade de geração eólica, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

## Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei 13.203/2015.

Em 02 de março de 2021, a CCEE encaminhou à Aneel os cálculos de extensão das concessões do Ambiente de Comercialização Livre – ACL que optarem por aderir às condições propostas pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e pela Lei 14.052, de 8 de setembro de 2020. A Administração da Companhia aguarda a homologação e publicação dos valores de extensão da outorga de suas concessões pela Aneel para, posteriormente, submetê-los à aprovação dos órgãos de governança da Companhia. Desta forma, nenhum impacto decorrente deste assunto foi registrado nas informações contábeis intermediárias do período findo em 31 de março de 2021.

Com base nos dados informados pela CCEE à ANEEL as usinas da Companhia têm direito aos seguintes prazos de extensão:

Usina	Garantia Física (MW médios)	Estimativa Extensão da Concessão (meses)
Emborcação	500	23
Nova Ponte	270	25
Sá Carvalho	56	22
Rosal	29	46
Outras (1)	399	-

(1) Inclui 11 usinas, sendo 7 da Cemig GT, 1 da Cemig PCH e 3 da Horizontes, cujo prazo médio de extensão varia entre 1 e 84 meses.

Os efeitos contábeis decorrentes da repactuação do risco hidrológico consistem no reconhecimento de um ativo intangível, relacionado ao direito de outorga em função da compensação por custos incorridos em períodos anteriores, com base no valor justo, tendo como contrapartida o resultado do período, na rubrica de compensação de custos de energia elétrica, e ocorrerão a partir da aprovação pelos órgãos de governança da Companhia da proposta de repactuação do risco hidrológico, esperada para ocorrer em 2021.

Com a aprovação da Lei 14.120/2021, foi reconhecido o direito ao ressarcimento das usinas do Lote D, permitindo à CCEE efetuar novo cálculo incluindo essas usinas, indicando o direito à extensão de suas concessões ao máximo permitido (7 anos). A oficialização destes valores ainda está pendente de regulamentação a ser expedida pela Aneel.

## 16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
<b>Adoção inicial</b>		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
<b>Contratos celebrados entre 2019 e 2021</b>		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,60

## a) Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.724	4.160	41.884
Amortização (1)	(390)	(1.423)	(1.813)
Remensuração (2)	-	146	146
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>37.334</b>	<b>2.883</b>	<b>40.217</b>

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.432	3.586	40.018
Amortização (1)	(375)	(1.280)	(1.655)
Remensuração (2)	-	146	146
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>36.057</b>	<b>2.452</b>	<b>38.509</b>

- (1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$28 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$1.261 em 2019 para consolidado e controladora).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento com ajuste ao ativo de direito de uso.

## b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2020	44.543	42.586
Juros incorridos (1)	1.358	1.304
Arrendamentos pagos	(2.890)	(2.685)
Juros sobre arrendamentos pagos	(54)	(50)
Remensuração (2)	146	146
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>43.103</b>	<b>41.301</b>
Passivo circulante	7.936	7.294
Passivo não circulante	35.167	34.007

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$91 e R\$90 para consolidado e controladora, respectivamente (R\$392 e R\$388 em 2020 para consolidado e controladora, respectivamente).
- (2) A Companhia e suas controladas identificaram eventos que ensejaram a reavaliação e modificações de seus principais contratos, sendo realizada a remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.



O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	132.064	43.103	127.346	41.301
PIS/Pasep e Cofins potencial (9,25%)	11.628	3.619	11.514	3.583

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimento do passivo de arrendamentos é apresentada a seguir:

	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2021	7.244	6.614
2022	5.300	5.123
2023	5.288	5.115
2024	5.286	5.115
2025	5.286	5.115
2026 a 2045	103.660	100.264
<b>Valores não descontados</b>	<b>132.064</b>	<b>127.346</b>
Juros embutidos	(88.961)	(86.045)
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>43.103</b>	<b>41.301</b>

## 17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Suprimento e transporte de energia elétrica	336.335	394.406	331.330	340.010
Materiais e serviços	43.425	71.533	31.771	52.564
	<b>379.760</b>	<b>465.939</b>	<b>363.101</b>	<b>392.574</b>

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>				
ICMS	21.526	20.597	17.302	15.663
Pasep (2)	18.642	17.339	16.924	15.618
Cofins (2)	84.651	78.801	77.887	72.018
INSS	6.206	7.066	4.814	5.662
ISSQN	2.093	2.145	1.827	1.756
Outros (1)	5.065	39.293	4.570	39.058
	<b>138.183</b>	<b>165.241</b>	<b>123.324</b>	<b>149.775</b>
<b>Não circulante</b>				
Pasep (3)	46.047	46.867	45.833	46.854
Cofins (3)	212.109	215.878	211.118	215.819
	<b>258.156</b>	<b>262.745</b>	<b>256.951</b>	<b>262.673</b>
	<b>396.339</b>	<b>427.986</b>	<b>380.275</b>	<b>412.448</b>

- (1) Inclui a retenção na fonte de imposto de renda sobre os juros sobre o capital próprio, cujo recolhimento ocorreu no primeiro decêndio de 2020, em conformidade à legislação tributária.
- (2) Cofins e PIS/Pasep registrados no passivo circulante incluem o diferimento sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão, cuja contraprestação será recebida nos próximos 12 meses contados da data das informações contábeis intermediárias. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.9 e 12.
- (3) Referem-se ao diferimento desses tributos incidentes sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão. Para mais informações, ver notas explicativas nºs 2.9 e 12.

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Moedas	Consolidado 31/03/2021			Consolidado 31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	297.084	8.545.951	8.843.035	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(14.856)	(14.856)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(24.028)	(24.028)	(25.314)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>297.084</b>	<b>8.507.067</b>	<b>8.804.151</b>	<b>7.812.981</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	12.262	-	12.262	17.204
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	13.187	-	13.187	14.086
<b>Dívida em moeda nacional</b>				<b>25.449</b>	<b>-</b>	<b>25.449</b>	<b>31.290</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>322.533</b>	<b>8.507.067</b>	<b>8.829.600</b>	<b>7.844.271</b>
<b>Debêntures</b>							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	378.648	-	378.648	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(6.677)	-	(6.677)	(8.919)
<b>Total de debêntures</b>				<b>371.971</b>	<b>-</b>	<b>371.971</b>	<b>1.041.440</b>
<b>Total geral</b>				<b>694.504</b>	<b>8.507.067</b>	<b>9.201.571</b>	<b>8.885.711</b>

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (2) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (3) Central Eólica Volta do Rio.
- (4) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/03/2021			Controladora 31/12/2020
				Circulante	Não circulante	Total	
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	297.084	8.545.951	8.843.035	7.853.959
(-) Custos de transação				-	(14.856)	(14.856)	(15.664)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(24.028)	(24.028)	(25.314)
<b>Dívida em moeda estrangeira</b>				<b>297.084</b>	<b>8.507.067</b>	<b>8.804.151</b>	<b>7.812.981</b>
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>				<b>297.084</b>	<b>8.507.067</b>	<b>8.804.151</b>	<b>7.812.981</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	378.648	-	378.648	761.520
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	-	-	-	288.839
(-) Custos de transação				(6.677)	-	(6.677)	(8.919)
<b>Total de debêntures</b>				<b>371.971</b>	<b>-</b>	<b>371.971</b>	<b>1.041.440</b>
<b>Total geral</b>				<b>669.055</b>	<b>8.507.067</b>	<b>9.176.122</b>	<b>8.854.421</b>

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
- (2) Em 02 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o Resgate Antecipado Obrigatório do saldo das Debêntures, no valor de R\$264.796, em cumprimento ao disposto na Cláusula 6.3 da Escritura de sua 7ª Emissão de Debêntures, com 20% dos recursos líquidos obtidos pela Cemig (controladora da Companhia) com a venda da sua participação acionária na Light.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não havendo cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

## Garantias

Em 31 de março de 2021 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

Consolidado	31/03/2021
Aval e fiança	9.182.769
Recebíveis	25.449
Ações	(6.647)
<b>Total</b>	<b>9.201.571</b>

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2021	2022	2023	2024	Total
<b>Moedas</b>					
Dólar Norte Americano	297.084	-	-	8.545.951	8.843.035
<b>Total por moedas</b>	<b>297.084</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.545.951</b>	<b>8.843.035</b>
<b>Indexadores</b>					
IPCA (1)	2.702	375.946	-	-	378.648
TJLP (2)	23.051	2.398	-	-	25.449
<b>Total por indexadores</b>	<b>25.753</b>	<b>378.344</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>404.097</b>
(-) Custos de transação	(6.647)	(30)	-	(14.856)	(21.533)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(24.028)	(24.028)
<b>Total geral</b>	<b>316.190</b>	<b>378.314</b>	<b>-</b>	<b>8.507.067</b>	<b>9.201.571</b>

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA
- (2) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2021	2022	2023	2024	Total
<b>Moedas</b>					
Dólar Norte Americano	297.084	-	-	8.545.951	8.843.035
<b>Total por moedas</b>	<b>297.084</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.545.951</b>	<b>8.843.035</b>
<b>Indexadores</b>					
IPCA (1)	2.702	375.946	-	-	378.648
<b>Total por indexadores</b>	<b>2.702</b>	<b>375.946</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>378.648</b>
(-) Custos de transação	(6.647)	(30)	-	(14.856)	(21.533)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	(24.028)	(24.028)
<b>Total geral</b>	<b>293.139</b>	<b>375.916</b>	<b>-</b>	<b>8.507.067</b>	<b>9.176.122</b>

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no primeiro trimestre de 2021 (%)	Varição acumulada no primeiro trimestre de 2020 (%)	Indexador	Varição acumulada no primeiro trimestre de 2021 (%)	Varição acumulada no primeiro trimestre de 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	9,63	28,98	IPCA	2,05	0,53
			CDI	0,48	1,02
			TJLP	(3,52)	(8,62)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>8.885.711</b>	<b>8.854.421</b>
Varição monetária	13.592	13.132
Varição cambial	750.900	750.900
Encargos financeiros provisionados	251.764	248.971
Amortização dos custos de transação	3.051	3.051
Encargos financeiros pagos	(45.801)	(45.573)
Amortização de principal	(657.646)	(648.780)
<b>Saldos em 31 de março de 2021</b>	<b>9.201.571</b>	<b>9.176.122</b>

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig GT	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant (4)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter Índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
Financiamento Caixa Econômica Federal Parajuru e Volta do Rio (3)	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao Ebitda de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao Ebitda de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.
- (4) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acréscido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 31 de março de 2021.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>				
Reserva global de reversão – RGR	2.944	2.805	-	-
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – CFURH	5.576	12.976	2.768	9.004
Conta de desenvolvimento energético – CDE	63.075	64.179	63.075	64.179
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	1.524	1.511	732	721
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	9.018	7.435	9.018	7.435
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	1.655	1.980	1.136	1.329
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	30.675	137.557	23.574	125.146
Pesquisa expansão sistema energético	966	1.129	707	804
CDE sobre P&D	105.413	-	99.269	-
	<b>220.846</b>	<b>229.572</b>	<b>200.279</b>	<b>208.618</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>217.261</b>	<b>172.619</b>	<b>200.279</b>	<b>160.872</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.585</b>	<b>56.953</b>	<b>-</b>	<b>47.746</b>

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	605.258	717.713	13.891	120.823	1.457.685
Despesa reconhecida no resultado	10.469	13.752	278	2.352	26.851
Contribuições pagas	(12.812)	(8.788)	(161)	(581)	(22.342)
Passivo líquido em 31 de março de 2021	<b>602.915</b>	<b>722.677</b>	<b>14.008</b>	<b>122.594</b>	<b>1.462.194</b>
				<b>31/03/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Passivo circulante				68.133	66.206
Passivo não circulante				1.394.061	1.391.479

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$22.693 em 31 de março de 2021 (R\$22.527 em 31 de março de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$4.158 em 31 de março de 2021 (R\$3.923 em 31 de março de 2020).

### **Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz**

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$102.481 em 31 de março de 2021 (R\$106.940 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### **Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz**

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 31 de março de 2021, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$122.988 (R\$122.234 em 31 de dezembro de 2020, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$82.696, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$40.292. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$36.304, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

Em 6 de abril de 2021 a Cemig efetuou o pagamento em consignação à Forluz da 1ª parcela do equacionamento do déficit do Plano A de 2019, no montante de R\$730, a ser rateado entre Cemig, Cemig D e Cemig GT, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva.

## 22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

### Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2020	Adições	Liquidações	31/03/2021
Trabalhistas	58.714	4.481	(536)	62.659
Cíveis	200	35	(28)	207
Tributárias	307.052	1.342	-	308.394
Regulatórias	3.426	497	(333)	3.590
Outras	49.156	3.008	(831)	51.333
<b>Total</b>	<b>418.548</b>	<b>9.363</b>	<b>(1.728)</b>	<b>426.183</b>

Controladora	31/12/2020	Adições	Liquidações	31/03/2021
Trabalhistas	58.687	4.480	(536)	62.631
Cíveis	200	35	(28)	207
Tributárias	307.014	1.342	-	308.356
Regulatórias	3.426	497	(333)	3.590
Outras	48.934	3.006	(831)	51.109
<b>Total</b>	<b>418.261</b>	<b>9.360</b>	<b>(1.728)</b>	<b>425.893</b>

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:



## **Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível**

### Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$158.799 (R\$140.378 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$62.659 foram provisionados (R\$58.714 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas Ações Declaratórias de Constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa SELIC, afastando a aplicabilidade da Taxa Referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa SELIC de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

## Tributárias

### *Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$365.295 (R\$363.833 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$305.227 (R\$304.022 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 31 de março de 2021, para liquidar estas discussões.

### *Não homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARFs e/ou DCTFs, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$77.110 (R\$77.538 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$1.132 (R\$1.130 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

### *Demais Ações tributárias*

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$83.317 (R\$71.018 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$2.035 (R\$1.900 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$63.169 (R\$48.213 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$3.590 (R\$3.426 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

## Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$166.793 (R\$237.534 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$51.540 foram provisionados (R\$49.356 em 31 de dezembro de 2020). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, em 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$67.451 (R\$67.371 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$69.639 (R\$69.439 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.207 (R\$18.146 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$85.921 (R\$85.580 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões Regulatórias

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$389.697 (R\$376.228 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

## Questões Ambientais

### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$109.644 (R\$105.552 em 31 de dezembro de 2020).

### *Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$54.041 (R\$51.936 em 31 de dezembro de 2020), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

## IDPJ Renova

Determinado fundo de investimento em direitos creditórios entrou com pedido de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (“IDPJ”) de determinadas empresas do grupo Renova, objetivando a inclusão de alguns acionistas da Renova, dentre os quais a Companhia e a sua controladora Cemig, no polo passivo do cumprimento de sentença, de forma a responderem solidariamente. O montante envolvido nesta discussão foi estimado em R\$79.533 em 31 de março de 2021 (R\$76.055 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

## **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

### **a) Capital Social**

Em 31 de março de 2021, o capital social da Companhia é de R\$4.000.000 (R\$4.000.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

## b) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
Quantidade de ações (A)	2.896.785.358	2.896.785.358
Prejuízo do período (B)	(311.373)	(15.324)
<b>Prejuízo por ação – básico (B/A) (em R\$)</b>	<b>(0,11)</b>	<b>(0,01)</b>

### Prejuízo diluído por ação

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos. Segue, abaixo, o cálculo do prejuízo por ação:

	31/03/2021	31/03/2020 (Reapresentado)
Prejuízo do período (A)	(311.373)	(15.324)
Efeito dilutivo referente à opção SAAG	(22.547)	-
Prejuízo do período (B)	(333.920)	(15.324)
Total de ações (C)	2.896.785.358	2.896.785.358
<b>Prejuízo diluído por ação (B/C) (R\$)</b>	<b>(0,12)</b>	<b>(0,01)</b>

## 24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecidas em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.897.442	1.891.834	1.684.030	1.730.484
Receita de transmissão (b)				
Receita de operação e manutenção	150.719	124.942	152.124	126.094
Receita de construção (nota 12)	22.451	61.241	22.451	61.241
Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão (nota 12)	145.042	71.580	145.042	71.580
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	124.560	99.892	-	-
Transações com energia na CCEE (d)	49.849	24.524	14.257	9.105
Outras receitas operacionais	23.927	34.444	32.573	19.239
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (e)	(468.464)	(434.022)	(417.127)	(390.674)
	<b>1.945.526</b>	<b>1.874.435</b>	<b>1.633.350</b>	<b>1.627.069</b>

## (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Mar/2021		Jan a Mar/2020		Jan a Mar/2021		Jan a Mar/2020	
	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$	MWh (1)	R\$
Industrial	3.371.412	895.726	2.871.503	719.830	3.126.261	835.338	2.571.990	674.596
Comercial	999.427	213.782	1.120.070	245.041	997.332	212.858	1.114.189	242.434
Rural	6.966	1.865	3.439	943	6.966	1.865	3.439	943
<b>Subtotal</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.111.373</b>	<b>3.995.012</b>	<b>965.814</b>	<b>4.130.559</b>	<b>1.050.061</b>	<b>3.689.618</b>	<b>917.973</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	90.550	-	(3.954)	-	77.207	-	(14.696)
	<b>4.377.805</b>	<b>1.201.923</b>	<b>3.995.012</b>	<b>961.860</b>	<b>4.130.559</b>	<b>1.127.268</b>	<b>3.689.618</b>	<b>903.277</b>
Suprim. outras concessionárias (2)	2.748.059	769.238	3.256.285	880.793	2.407.332	611.023	3.155.599	767.496
Suprimento não faturado líquido	-	(73.719)	-	49.181	-	(54.261)	-	59.711
	<b>7.125.864</b>	<b>1.897.442</b>	<b>7.251.297</b>	<b>1.891.834</b>	<b>6.537.891</b>	<b>1.684.030</b>	<b>6.845.217</b>	<b>1.730.484</b>

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

## (b) Receita de Concessão da Transmissão

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto. Mais informações na nota explicativa nº 12.
- Receitas de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance prevista no contrato de concessão de transmissão relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção, e são reconhecidas nos períodos em que os serviços são executados, mediante o faturamento da RAP.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: Corresponde ao componente financeiro, reconhecido pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

A margem das obrigações de performance dos contratos de transmissão está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Receita construção e melhorias	22.451	61.241
Custo construção e melhorias	(19.065)	(47.198)
Margem	3.386	14.043
<b>Mark-up (%)</b>	<b>17,76%</b>	<b>29,75%</b>
Receita de operação e manutenção	150.719	124.942
Custo de operação e manutenção	(56.501)	(58.558)
Margem	94.218	66.384
<b>Mark-up (%)</b>	<b>166,78%</b>	<b>113,36%</b>

### (c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

### (d) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

### (e) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
<b>Tributos sobre a Receita</b>				
ICMS	163.412	142.928	147.169	128.897
Cofins	164.989	159.846	144.094	143.561
PIS/Pasep	35.818	34.931	31.283	31.168
ISSQN	530	1.527	223	675
	<b>364.749</b>	<b>339.232</b>	<b>322.769</b>	<b>304.301</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.737	3.774	3.133	3.234
Conta de desenvolvimento energético – CDE	61.389	57.571	61.389	57.571
Proinfa	16.335	7.716	16.335	7.716
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	3.521	4.498	2.633	3.793
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	3.521	4.498	2.633	3.793
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.760	2.249	1.317	1.896
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	4.571	2.846	2.195	2.277
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	8.881	11.638	4.723	6.093
	<b>103.715</b>	<b>94.790</b>	<b>94.358</b>	<b>86.373</b>
	<b>468.464</b>	<b>434.022</b>	<b>417.127</b>	<b>390.674</b>



## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
Pessoal	75.555	75.048	71.834	73.304
Participação dos empregados no resultado	7.146	6.199	7.121	6.175
Obrigações pós-emprego (nota 21)	22.693	22.527	22.693	22.527
Materiais	4.880	3.149	2.032	2.226
Serviços de terceiros (a)	34.451	34.902	25.603	25.479
Depreciação e amortização (1)	47.875	52.439	33.194	37.411
Provisões (reversões) (b)	(4.916)	31.280	(4.780)	31.232
Encargos de uso da rede básica de transmissão	48.920	49.434	36.551	36.545
Energia elétrica comprada para revenda (c)	979.386	913.749	966.427	913.392
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (d)	19.065	47.198	19.065	47.198
Outros custos e despesas operacionais líquidos (e)	15.067	8.319	11.949	6.897
	<b>1.250.122</b>	<b>1.244.244</b>	<b>1.191.689</b>	<b>1.202.386</b>

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$28 para consolidado e controladora.

### a) Serviços de terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Comunicação	797	904	730	750
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	8.023	8.844	3.965	4.002
Conservação e limpeza de prédios	5.859	6.093	4.679	4.858
Mão de obra contratada	69	665	799	658
Fretes e passagens	76	404	76	403
Hospedagem e alimentação	704	732	700	721
Vigilância	1.974	1.797	1.191	1.101
Consultoria	2.448	1.041	1.809	912
Tecnologia da informação	4.106	3.923	3.774	3.237
Energia elétrica	1.037	1.215	710	1.034
Meio ambiente	1.456	1.965	812	1.591
Limpeza de faixas	1.241	552	1.241	552
Serviços de reprografia	601	306	186	244
Serviços advocatícios e custas processuais	1.089	517	1.089	473
Outros	4.971	5.944	3.842	4.943
	<b>34.451</b>	<b>34.902</b>	<b>25.603</b>	<b>25.479</b>

### b) Provisões operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Perda (reversão) estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7) (1)	(1.112)	3.543	(973)	3.543
Provisão para contingências (nota 22) (2)				
Trabalhistas	4.481	2.646	4.480	2.601
Cíveis	35	5	35	5
Tributárias	1.342	2.590	1.342	2.589
Regulatórias	497	105	497	105
Outras	3.008	1.579	3.006	1.577
	<b>9.363</b>	<b>6.925</b>	<b>9.360</b>	<b>6.877</b>
	<b>8.251</b>	<b>10.468</b>	<b>8.387</b>	<b>10.420</b>
Variação de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	(13.167)	20.812	(13.167)	20.812
	<b>(4.916)</b>	<b>31.280</b>	<b>(4.780)</b>	<b>31.232</b>

(1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração de resultado como despesas com vendas.

(2) As provisões para contingências são apresentadas na demonstração dos resultados do período como despesas operacionais.

### c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Energia de curto prazo – CCEE	40.832	160.248	34.088	160.531
Energia adquirida no ambiente livre	1.035.843	843.106	1.028.639	842.300
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(97.289)	(89.605)	(96.300)	(89.439)
	<b>979.386</b>	<b>913.749</b>	<b>966.427</b>	<b>913.392</b>

### d) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Pessoal	1.769	1.203	1.769	1.203
Materiais	13.690	32.568	13.690	32.568
Serviços de terceiros	3.599	13.431	3.599	13.431
Outros (recuperação de despesas)	7	(4)	7	(4)
	<b>19.065</b>	<b>47.198</b>	<b>19.065</b>	<b>47.198</b>

### e) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)
Arrendamentos e aluguéis (1)	570	1.109	192	662
Propaganda e publicidade	123	162	123	161
Despesa concessão onerosa	792	680	789	678
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	619	325	411	239
Anuidade CCEE	659	672	659	672
Seguros	3.669	3.136	3.165	2.619
Forluz – Custeio administrativo	1.667	1.618	1.666	1.618
Obrigações derivadas de contratos de investimento (2)	5.379	-	5.379	-
Outros (recuperação de despesas)	1.589	617	(435)	248
	<b>15.067</b>	<b>8.319</b>	<b>11.949</b>	<b>6.897</b>

- (1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.
- (2) Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$134 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$47 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de aplicação financeira	8.915	7.280	6.515	3.543
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.359	2.046	1.169	730
Variação monetária	2.227	2.124	2.223	2.124
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	260	1.512	258	1.442
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 28)	-	1.314.240	-	1.314.240
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8a)	976	4.302	904	4.132
Outras	10.182	11.528	9.736	11.119
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(949)	(1.163)	(899)	(1.074)
	<b>22.970</b>	<b>1.341.869</b>	<b>19.906</b>	<b>1.336.256</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(251.764)	(249.410)	(248.971)	(248.854)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(3.051)	(2.987)	(3.051)	(2.987)
Variação monetária – Forluz (nota 21)	(4.158)	(3.923)	(4.158)	(3.923)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(13.592)	(17.018)	(13.132)	(14.231)
Variações monetárias	(8.137)	(2.373)	(4.453)	(1.848)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(750.900)	(1.752.000)	(750.900)	(1.752.000)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (swap) (nota 28)	(187.348)	-	(187.348)	-
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(1.267)	(1.364)	(1.214)	(1.333)
Outras	-	(2.467)	(601)	(403)
	<b>(1.220.217)</b>	<b>(2.031.542)</b>	<b>(1.213.828)</b>	<b>(2.025.579)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(1.197.247)</b>	<b>(689.673)</b>	<b>(1.193.922)</b>	<b>(689.323)</b>

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	891.998	891.998	-	-	-	-
<b>Coligada (1)</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	8.489	2.173	111.804	69.386	24.815	6.505	(361.027)	(221.244)
<b>Controladas em conjunto (1)</b>								
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	8	7	7.421	6.260	136	-	(22.590)	(19.826)
Prestação de serviço	416	313	-	-	1.202	1.112	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	114.430	114.430	-	-	-	-	-	-
Contingências (3)	-	-	46.755	41.376	-	-	(5.379)	-
<b>Norte Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	130	130	8.482	-	6.969	6.927	(24.624)	-
Adiantamento de entrega futura de energia (4)	-	-	-	-	-	-	-	(9.966)
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Prestação de serviço (5)	211	211	-	-	-	239	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	10.835	-	-	-	-	-	-	-
<b>Lightger</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.226	1.646	-	-	(6.461)	(5.066)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.996	-	-	-	-	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	3.929	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	3.137	2.728	-	-	(9.107)	(3.159)
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.680	2.680	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Cachoeirão</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	2.315	-	-	-	-	-	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	874	940	60	11	(2.575)	(3.136)
Prestação de serviço (5)	243	289	-	-	310	148	-	-
<b>Hidrelétrica Itaocara</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (6)	-	-	29.890	29.615	-	-	-	-
<b>Cemig Geração Poço Fundo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre capital próprio e dividendos	294	294	-	-	-	-	-	-
<b>Outras Partes Relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de cooperação (7)	1.287	1.707	-	-	1.287	-	-	-
Operações com energia elétrica (2)	30.806	29.268	2.483	1.016	81.013	69.412	(6.640)	(6.771)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	207.989	57.797	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	884.294	1.131.739	-	-	12.080	5.691	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	236.966	254.481	-	-	-	-	-	-
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	36.752	35.907	-	-	(10.469)	(10.829)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (9)	-	-	-	-	-	-	(4.678)	(5.157)
Custeio administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(1.666)	(1.618)
Arrendamento operacional (11)	36.691	37.062	4.824	4.824	-	-	(533)	(2.849)
<b>Não circulante</b>								
Obrigações pós-emprego (8)	-	-	566.163	569.351	-	-	-	-
Arrendamento operacional (11)	-	-	34.580	34.639	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	34.056	32.380	-	-	(14.030)	(13.168)
<b>Não circulante</b>								
Plano de saúde e odontológico (12)	-	-	702.629	699.224	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Os relacionamentos entre a Cemig Geração e Transmissão e suas investidas estão descritos na nota de investimento (nº 13);
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a obrigações contratuais perante à investida Aliança Geração correspondentes a contingências que têm como fato gerador eventos ocorridos antes do fechamento da transação que resultou no aporte de ativos pela Cemig e Vale S.A. no capital desta investida. O valor total das ações alcança o montante de R\$134 milhões (R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2020), cabendo à Cemig o valor de R\$47 milhões (R\$41 milhões em 31 de dezembro de 2020).;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregou a energia contratada à Cemig até 31/12/2020.
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- Convênio de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz e em novembro de 2020, ao término do contrato, a Cemig optou por não realizar a renovação contratual e, portanto, desocupou totalmente as instalações do edifício Aureliano Chaves;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

## Dividendos a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Sá Carvalho S.A.	-	-	17.976	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	34.332	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	7.793	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	10.343	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	11.735	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	9.132	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	10.061	-
Rosal Energia S.A.	-	-	4.013	-
Cemig PCH S.A.	-	-	677	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	28.127	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	294	294
Cemig Trading S.A.	-	-	14.558	-
Aliança Geração de Energia S.A.	114.430	114.430	114.430	114.430
Outras (1)	22.740	2.680	25.054	2.680
	<b>137.170</b>	<b>117.110</b>	<b>288.525</b>	<b>117.404</b>

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em "Outras" estão divulgadas na tabela anterior nas linhas de "Juros sobre capital próprio e dividendos".

## Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 38,86% em 31 de março de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020
Remuneração	618	621
Participação nos resultados	141	151
Previdência privada	41	42
Planos de saúde e odontológico	4	5
	<b>804</b>	<b>819</b>

(\*) A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	31/03/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Títulos e valores mobiliários	2	378.114	378.114	465.128	465.128
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	930.675	930.675	1.027.137	1.027.137
Fundos vinculados	2	53.564	53.564	53.565	53.565
Depósitos vinculados a litígios	2	161.088	161.088	160.321	160.321
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.606.537	2.606.537	2.549.198	2.549.198
		<b>4.129.978</b>	<b>4.129.978</b>	<b>4.255.349</b>	<b>4.255.349</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		541.071	541.071	374.478	374.478
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	1	-	-	123.738	123.738
Letras financeiras – Bancos	2	604.302	604.302	551.425	551.425
Letras financeiras do Tesouro	1	139.372	139.372	246.471	246.471
		<b>1.284.745</b>	<b>1.284.745</b>	<b>1.296.112</b>	<b>1.296.112</b>
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	2.761.582	2.761.582	2.948.930	2.948.930
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		<b>3.577.784</b>	<b>3.577.784</b>	<b>3.765.132</b>	<b>3.765.132</b>
		<b>8.992.507</b>	<b>8.992.507</b>	<b>9.316.593</b>	<b>9.316.593</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Custo amortizado (1)</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(9.201.571)	(9.201.571)	(8.885.711)	(8.885.711)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(102.481)	(102.481)	(106.940)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(122.988)	(122.988)	(122.234)	(122.234)
Concessões a pagar	3	(25.188)	(25.188)	(23.476)	(23.476)
Fornecedores	2	(379.760)	(379.760)	(465.939)	(465.939)
Operações de arrendamento mercantil	2	(43.103)	(43.103)	(44.543)	(44.543)
		<b>(9.875.091)</b>	<b>(9.875.091)</b>	<b>(9.648.843)</b>	<b>(9.648.843)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Opções de venda (SAAG)	3	(522.988)	(522.988)	(536.155)	(536.155)
		<b>(10.398.079)</b>	<b>(10.398.079)</b>	<b>(10.184.998)</b>	<b>(10.184.998)</b>

(1) Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

### **Outros passivos financeiros**

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 6,20%, CDI + 0,68% a 1,34%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.



## b) Instrumentos financeiros derivativos

### Opções de venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderiam ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda é correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo até a data de exercício antecipado da opção (mais detalhes na sequência desta nota), contabilizada pelo seu valor justo por meio do resultado, mensurado pelo modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”).

Encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$522.988 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício. Considerando a liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda, esse montante foi transferido para o passivo circulante.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2020	536.155
Variação do valor justo	(13.167)
Saldo em 31 de março de 2021	<u>522.988</u>

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados básicos por ação, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

### Liquidação antecipada dos Fundos e vencimento da opção de venda

Em 09 de setembro de 2020, o administrador dos FIP, Banco Modal S.A., comunicou aos cotistas sobre o início do processo de liquidação antecipada dos fundos Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em razão do decurso do prazo de 180 dias contados da sua renúncia e da renúncia do gestor do Fundo aos respectivos cargos, sem que tenha havido indicação de novos prestadores de serviço, conforme previsto no regulamento do Fundo.

Conforme estabelecido em contrato, a liquidação dos Fundos é um dos eventos que implicaria o vencimento antecipado da opção, cujo interesse de exercício foi manifestado pelas entidades de previdência complementar no período de 09 de setembro a 02 de outubro de 2020.

Entretanto, é entendimento da Administração da Companhia, manifestado aos Fundos, que as premissas e condições que fundamentaram o investimento na Santo Antônio Energia e a estrutura jurídica dos diversos contratos firmados para esse fim sofreram modificações substanciais que resultaram em desequilíbrio nas opções.

Dessa forma, utilizando-se de prerrogativa constante dos instrumentos de opção, a Companhia tentou por meio do mecanismo contratual da Via Amigável uma negociação com as entidades de previdência complementar dos termos de valoração e pagamento das opções. Devido ao insucesso negocial amigável, a Companhia invocou a cláusula de arbitragem para resolução de conflitos entre as partes, a qual encontra-se pendente da decisão pela Câmara de Comércio Brasil Canadá do estado de São Paulo. A Administração da Companhia mantém seus registros contábeis atualizados com base nos termos de valoração das opções previstos nos contratos.

### **Operações de Swap**

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*” e opções de moeda) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste negativo, em 31 de março de 2021, no montante de R\$187.348 (ajuste positivo de R\$1.314.240 em 31 de março de 2020), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 31/03/2021	Valor justo em 31/03/2021	Valor conforme contrato em 31/12/2020	Valor justo em 31/12/2020
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.886.397	1.978.224	1.772.477	2.110.490
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	645.071	783.358	587.945	838.440
					<b>2.531.468</b>	<b>2.761.582</b>	<b>2.360.422</b>	<b>2.948.930</b>
<b>Ativo circulante</b>						<b>512.050</b>		<b>522.579</b>
<b>Ativo não circulante</b>						<b>2.249.532</b>		<b>2.426.351</b>

(1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI. O instrumento derivativo contratado pela Companhia possui teto de proteção de R\$5,00/dólar para o principal dos Eurobonds, que possui vencimento em dezembro de 2024. Caso a relação USD/BRL permaneça, em dezembro de 2024, acima de R\$5,00, a Companhia desembolsará, naquela data, a diferença entre o valor teto da proteção e dólar spot verificado. A Companhia está monitorando os possíveis riscos e impactos associados a valorização do dólar acima do patamar de R\$5,00 e avalia diversas estratégias para mitigação do risco cambial até o vencimento da operação. O instrumento derivativo protege integralmente o pagamento dos juros semestrais, independente da relação USD/BRL.

(2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 31 de março de 2021 foi de R\$2.761.582 (R\$2.948.930 em 31 de dezembro de 2020), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 31 de março de 2021, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrued*) de R\$2.531.468 em 31 de março de 2021 (R\$2.360.422 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado, em 31 de março de 2022, seria afetado, negativamente, pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), em R\$357.205. O valor justo do instrumento financeiro será de R\$2.591.725, sendo R\$1.717.728 referente à opção (*call spread*) e R\$873.997 referentes ao *swap*.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 31/03/2021	Cenário provável 31/03/2022	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.950.394	6.525.631	5.893.268	4.845.622
Swap ponta passiva	(5.774.504)	(5.651.634)	(5.754.206)	(5.851.436)
Opção/Call Spread	1.585.692	1.717.728	1.465.877	430.359
<b>Instrumento derivativo de hedge</b>	<b>2.761.582</b>	<b>2.591.725</b>	<b>1.604.939</b>	<b>(575.455)</b>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

### c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

#### Risco de taxas de câmbio

Para o montante da dívida em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, na modalidade de operações de *swap* cambial para proteção dos pagamentos de juros e na modalidade de *call spread* para proteção do principal de acordo com a Política de Hedge da Companhia. A exposição da Companhia aos riscos de mercado associados à contratação desse instrumento foram descritas no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Moeda estrangeira		Moeda estrangeira	
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.552.145)	(8.843.035)	(1.511.336)	(7.853.959)
<b>Passivo líquido exposto</b>		<b>(8.843.035)</b>		<b>(7.853.959)</b>

## Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 31 de março de 2022, será uma desvalorização de 10,48% para o dólar (R\$5,10) norte-americano. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais: Consolidado	31/03/2021	31/03/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,10	Cenário Possível +25% Dólar 6,38	Cenário Remoto +50% Dólar 7,65
<b>Dólar Norte-Americano</b>				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.843.035)	(7.915.939)	(9.902.684)	(11.873.908)
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>(8.843.035)</b>	<b>(7.915.939)</b>	<b>(9.902.684)</b>	<b>(11.873.908)</b>
Efeito líquido da variação cambial		927.096	(1.059.649)	(3.030.873)

## **Risco de Taxa de Juros**

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	541.071	374.478	478.144	289.877
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.121.788	1.386.762	789.895	1.089.599
Fundos vinculados – CDI	53.564	53.565	18.059	18.351
	<b>1.716.423</b>	<b>1.814.805</b>	<b>1.286.098</b>	<b>1.397.827</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	-	(288.839)	-	(288.839)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(25.449)	(31.290)	-	-
	<b>(25.449)</b>	<b>(320.129)</b>	<b>-</b>	<b>(288.839)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>1.690.974</b>	<b>1.494.676</b>	<b>1.286.098</b>	<b>1.108.988</b>

## Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2022, a taxa Selic será de 5,50% e a taxa TJLP será de 5,12%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas Taxa de juros nacionais: Consolidado	31/03/2021	31/03/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível -25%	Cenário Remoto -50%
		SELIC 5,50% TJLP 5,12%	SELIC 4,13% TJLP 3,84%	SELIC 2,75% TJLP 2,56%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	541.071	570.830	563.417	555.950
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.121.788	1.183.486	1.168.118	1.152.637
Fundos vinculados	53.564	56.510	55.776	55.037
	<b>1.716.423</b>	<b>1.810.826</b>	<b>1.787.311</b>	<b>1.763.624</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(25.449)	(26.752)	(26.426)	(26.100)
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>1.690.974</b>	<b>1.784.074</b>	<b>1.760.885</b>	<b>1.737.524</b>
<b>Efeito líquido da variação das taxas de juros</b>		<b>93.100</b>	<b>69.911</b>	<b>46.550</b>

## Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de inflação em 31 de março de 2021, sendo parte de seus empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como seus passivos de pós-emprego são atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio do IPCA, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Ativos</b>				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.606.537	2.549.198	-	-
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(378.648)	(761.520)	(378.648)	(761.520)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(102.481)	(106.940)	(102.481)	(106.940)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(122.988)	(122.234)	(122.988)	(122.234)
	<b>(604.117)</b>	<b>(990.694)</b>	<b>(604.117)</b>	<b>(990.694)</b>
<b>Ativo (Passivo) líquido exposto</b>	<b>2.002.420</b>	<b>1.558.504</b>	<b>(604.117)</b>	<b>(990.694)</b>

## Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 31 de março de 2022, a taxa IPCA será de 4,02%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação: Consolidado	31/03/2021	31/03/2022		
	Valor Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		IPCA 4,02%	-25% IPCA 3,02%	-50% IPCA 2,01%
<b>Ativos</b>				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.606.537	2.711.320	2.685.254	2.658.928
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(378.648)	(393.870)	(390.083)	(386.259)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(102.481)	(106.601)	(105.576)	(104.541)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(122.988)	(127.932)	(126.702)	(125.460)
	<b>(604.117)</b>	<b>(628.403)</b>	<b>(622.361)</b>	<b>(616.260)</b>
<b>Ativo líquido exposto</b>	<b>2.002.420</b>	<b>2.082.917</b>	<b>2.062.893</b>	<b>2.042.668</b>
<b>Efeito líquido da variação da inflação</b>		<b>80.497</b>	<b>60.473</b>	<b>40.248</b>

## Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.742	456.043	856.265	8.628.694	-	9.943.744
Concessões a pagar	299	590	2.549	11.755	15.118	30.311
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.911	5.830	26.602	84.141	-	119.484
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.286	2.590	11.790	68.156	115.386	199.208
	<b>7.238</b>	<b>465.053</b>	<b>897.206</b>	<b>8.792.746</b>	<b>130.504</b>	<b>10.292.747</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	378.218	772	770	-	-	379.760
	<b>385.456</b>	<b>465.825</b>	<b>897.976</b>	<b>8.792.746</b>	<b>130.504</b>	<b>10.672.507</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos financeiros à taxa de juros:</b>						
<b>Pós-fixadas</b>						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.742	456.043	856.265	8.628.694	-	9.943.744
Concessões a pagar	299	590	2.549	11.755	15.118	30.311
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.911	5.830	26.602	84.141	-	119.484
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.286	2.590	11.790	68.156	115.386	199.208
	<b>7.238</b>	<b>465.053</b>	<b>897.206</b>	<b>8.792.746</b>	<b>130.504</b>	<b>10.292.747</b>
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	361.853	482	766	-	-	363.101
	<b>369.091</b>	<b>465.535</b>	<b>897.972</b>	<b>8.792.746</b>	<b>130.504</b>	<b>10.655.848</b>

## Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 31 de março de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$33.667.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.



Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

### **Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig**

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do Covid-19 encontra-se apresentada na nota 1b..

### **Risco hidrológico**

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

## Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de março de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

### d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
<b>Total do passivo</b>	<b>14.470.654</b>	<b>14.613.694</b>	<b>14.204.382</b>	<b>14.206.769</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(550.820)	(384.397)	(479.058)	(290.995)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(884.822)	(1.132.281)	(623.071)	(889.671)
<b>Passivo líquido</b>	<b>13.035.012</b>	<b>13.097.016</b>	<b>13.102.253</b>	<b>13.026.103</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.530.798</b>	<b>5.842.171</b>	<b>5.530.798</b>	<b>5.842.171</b>
<b>Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido</b>	<b>2,36</b>	<b>2,24</b>	<b>2,37</b>	<b>2,23</b>

## 29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

Os segmentos reportados refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

A partir do 1º trimestre de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia passou a avaliar individualmente o desempenho da comercialização de energia, utilizando informações sobre seus resultados que suportam a tomada de decisão em relação à alocação de recursos a esta atividade de negócio. A mudança na composição dos segmentos divulgáveis da Companhia decorre da sua crescente atuação no mercado de energia, para atendimento e manutenção de seus contratos, especialmente após a redução de sua geração própria, o que levou à definição de critérios de segregação para obtenção de informações relativas a lucros e prejuízos deste segmento, relevantes à Administração. O segmento de comercialização se caracteriza pela compra e venda de energia elétrica no mercado livre e regulado, bem como pelas atividades correlatas aos seus procedimentos comerciais e mercadológicos, inclusive no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Adicionalmente, o resultado das coligadas e controladas em conjunto passou a ser avaliado como um único segmento, que tem como atribuição a avaliação das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia. A segregação desse segmento tem como principal objetivo o acompanhamento do cumprimento das metas estabelecidas por essas sociedades, para garantir a sustentabilidade e a maximização de seu retorno para a Companhia.

Assim, a partir do 1º trimestre de 2021, as informações por segmentos passaram a ser elaboradas considerando 4 segmentos reportáveis, sendo:

- Geração: compreende a produção de energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas e eólicas.
- Transmissão: compreende a construção, operação e manutenção de subestações e linhas de transmissão de energia.
- Comercialização: compreende a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos.
- Participações: compreende a gestão das participações sem controle acionário, em linha com as estratégias de negócio da Companhia.

A transferência da energia da atividade de geração para a comercialização consubstancia as transações inter segmentos, que consistem na obtenção de receita pela venda de energia gerada e em custos pela compra da energia a ser comercializada, mensurados por um preço de venda estimado de acordo com critérios baseados no modelo de gestão desses negócios pela Companhia, utilizando como referência preços de mercado.

As informações por segmento na nova base de segmentação, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021 e 2020 estão apresentadas de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2021								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação (2) (3)	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização					
RECEITA LÍQUIDA	737.997	214.182	1.380.435	-	2.332.614	(374.384)	(12.704)	1.945.526
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	(141.367)	-	(1.262.728)	-	(1.404.095)	374.384	1.405	(1.028.306)
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)</b>								
Pessoal	(33.768)	(27.188)	(5.227)	(7.265)	(73.448)	-	(2.107)	(75.555)
Participação dos empregados no resultado	(3.110)	(2.757)	(542)	(737)	(7.146)	-	-	(7.146)
Obrigações pós-emprego	(9.791)	(8.837)	(1.701)	(2.364)	(22.693)	-	-	(22.693)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(40.975)	(13.752)	(2.639)	(5.055)	(62.421)	-	8.023	(54.398)
Depreciação e amortização	(46.846)	(822)	(136)	(198)	(48.002)	-	127	(47.875)
Provisões (reversões)	(16.289)	(3.145)	584	18.510	(340)	-	5.256	4.916
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(19.065)	-	-	(19.065)	-	-	(19.065)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(150.779)</b>	<b>(75.566)</b>	<b>(9.661)</b>	<b>2.891</b>	<b>(233.115)</b>	<b>-</b>	<b>11.299</b>	<b>(221.816)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(292.146)</b>	<b>(75.566)</b>	<b>(1.272.389)</b>	<b>2.891</b>	<b>(1.637.210)</b>	<b>374.384</b>	<b>12.704</b>	<b>(1.250.122)</b>
Revisão Tarifária Periódica, líquida	-	5.816	-	-	5.816	-	-	5.816
Resultado de equivalência patrimonial	63.270	-	-	(66.763)	(3.493)	-	-	(3.493)
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>509.121</b>	<b>144.432</b>	<b>108.046</b>	<b>(63.872)</b>	<b>697.727</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>697.727</b>
Resultado financeiro	(432.234)	(217.433)	2.945	(550.525)	(1.197.247)	-	-	(1.197.247)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>76.887</b>	<b>(73.001)</b>	<b>110.991</b>	<b>(614.397)</b>	<b>(499.520)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(499.520)</b>
Imposto de renda e contribuição social	14.951	23.885	(35.307)	184.618	188.147	-	-	188.147
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>91.838</b>	<b>(49.116)</b>	<b>75.684</b>	<b>(429.779)</b>	<b>(311.373)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(311.373)</b>

- (1) As transações inter segmentos são integralmente do segmento de geração para comercialização, conforme explicado acima;
- (2) A conciliação entre os valores dos segmentos divulgáveis e as informações contábeis sobre receitas e custos representam as operações entre as empresas consolidadas (eliminações).
- (3) As informações dos custos e despesas operacionais por natureza são segregadas de acordo com o modelo interno de negócios, que apresenta diferenças imateriais em relação às informações contábeis.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE MARÇO DE 2020								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			Participações	TOTAL	Transações inter segmentos (1)	Conciliação	TOTAL
	Geração	Transmissão	Comercialização (1)					
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.700.602</b>	<b>173.833</b>	-	-	<b>1.874.435</b>	-	-	<b>1.874.435</b>
<b>CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA</b>								
Energia de uso da rede básica de transmissão	(49.434)	-	-	-	(49.434)	-	-	(49.434)
Energia elétrica comprada para revenda	(913.749)	-	-	-	(913.749)	-	-	(913.749)
	<b>(963.183)</b>	-	-	-	<b>(963.183)</b>	-	-	<b>(963.183)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (3)</b>								
Pessoal	(46.209)	(28.839)	-	-	(75.048)	-	-	(75.048)
Participação dos empregados no resultado	(3.769)	(2.430)	-	-	(6.199)	-	-	(6.199)
Obrigações pós-emprego	(12.188)	(10.339)	-	-	(22.527)	-	-	(22.527)
Materiais, Serviços de terceiros e Outros	(33.514)	(12.856)	-	-	(46.370)	-	-	(46.370)
Depreciação e amortização	(51.189)	(1.250)	-	-	(52.439)	-	-	(52.439)
Provisões (reversões)	(28.436)	(2.844)	-	-	(31.280)	-	-	(31.280)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(47.198)	-	-	(47.198)	-	-	(47.198)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(175.305)</b>	<b>(105.756)</b>	-	-	<b>(281.061)</b>	-	-	<b>(281.061)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.138.488)</b>	<b>(105.756)</b>	-	-	<b>(1.244.244)</b>	-	-	<b>(1.244.244)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	10.231	-	-	(4.774)	5.457	-	-	5.457
<b>RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS</b>	<b>572.345</b>	<b>68.077</b>	-	<b>(4.774)</b>	<b>635.648</b>	-	-	<b>635.648</b>
Receitas financeiras	1.213.130	128.739	-	-	1.341.869	-	-	1.341.869
Despesas financeiras	(1.833.663)	(197.879)	-	-	(2.031.542)	-	-	(2.031.542)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(48.188)</b>	<b>(1.063)</b>	-	<b>(4.774)</b>	<b>(54.025)</b>	-	-	<b>(54.025)</b>
Imposto de renda e contribuição social	41.537	(2.836)	-	-	38.701	-	-	38.701
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO</b>	<b>(6.651)</b>	<b>(3.899)</b>	-	<b>(4.774)</b>	<b>(15.324)</b>	-	-	<b>(15.324)</b>

(1) Os resultados do negócio de comercialização estão apresentados no segmento de geração, uma vez que no exercício de 2020 essa atividade era considerada como um elemento do negócio de geração, sendo impraticável a sua segregação utilizando as mesmas premissas da nova base de segmentação. Assim, para o trimestre de 31 de março de 2020 não apresentamos o segmento de comercialização e não existem transações inter segmentos;

As informações referentes aos ativos por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os efeitos da reapresentação dos saldos correspondentes em 31 de março de 2020 se referem integralmente ao segmento de transmissão.

## **30. EVENTOS SUBSEQUENTES**

### **Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021**

Em maio de 2021, a Cemig (controladora da Cemig GT) aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A Pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, por cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

### Prejuízo do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro trimestre de 2021, um prejuízo de R\$311.373 em comparação ao prejuízo de R\$15.324 no primeiro trimestre de 2020 (reapresentado). Essa variação é devida, basicamente, às despesas com variação cambial da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e perdas no instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$619.244 (líquido de tributos) no primeiro trimestre de 2021, em comparação ao resultado negativo no montante de R\$288.922 (líquido de tributos) no mesmo período de 2020.

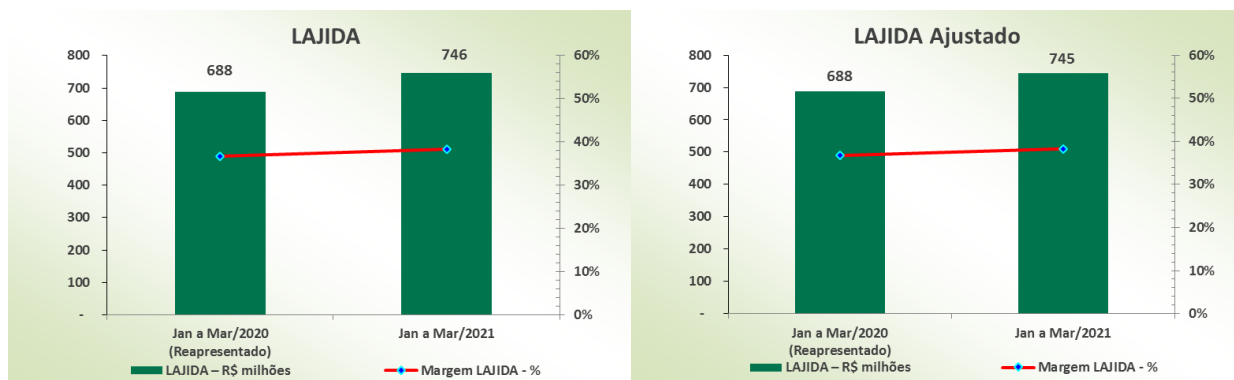
As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não recorrentes, aumentou 8,30% no primeiro trimestre de 2021 em comparação ao primeiro trimestre de 2020. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 36,71% para 38,32% nos períodos analisados.

O Lajida, calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, aumentou 8,36% no primeiro trimestre de 2021, em comparação ao primeiro trimestre de 2020 e a margem do Lajida da Companhia passou de 36,71% para 38,30% nos períodos analisados.

Lajida – R\$ milhares	Jan a Mar/2021	Jan a Mar/2020 (Reapresentado)	Var %
Prejuízo do período	(311.373)	(15.324)	1.931,93
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	(188.147)	(38.701)	386,16
+/- Resultado financeiro líquido	1.197.247	689.673	73,60
+ Depreciação e amortização	47.875	52.439	(8,70)
<b>= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)</b>	<b>745.602</b>	<b>688.087</b>	<b>8,36</b>
<b>Efeitos não recorrentes e não caixa</b>			
- Resultado da RTP	(5.816)	-	-
+ Obrigações derivadas de contratos de investimentos (nota 25e)	5.379	-	-
<b>= Lajida ajustado (2)</b>	<b>745.165</b>	<b>688.087</b>	<b>8,30</b>



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Mar/2021			Jan a Mar/2020		
	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>	MWh <sup>2</sup>	R\$ (milhares)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) <sup>1</sup>
Industrial	3.371.412	895.726	265,68	2.871.503	719.830	250,68
Comercial	999.427	213.782	213,90	1.120.070	245.041	218,77
Rural	6.966	1.865	267,73	3.439	943	274,21
<b>Subtotal</b>	<b>4.377.805</b>	<b>1.111.373</b>	<b>253,87</b>	<b>3.995.012</b>	<b>965.814</b>	<b>241,75</b>
Fornec. não faturado, líquido	-	90.550	-	-	(3.954)	-
	<b>4.377.805</b>	<b>1.201.923</b>	<b>263,91</b>	<b>3.995.012</b>	<b>961.860</b>	<b>254,66</b>
Suprim. outras concessionárias	2.748.059	769.238	279,92	3.256.285	880.793	270,49
Suprim. não faturado líquido	-	(73.719)	-	-	49.181	-
	<b>7.125.864</b>	<b>1.897.442</b>	-	<b>7.251.297</b>	<b>1.891.834</b>	-

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
- (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.897.442 no primeiro trimestre de 2021 em comparação a R\$1.891.834 no mesmo período de 2020, estando a variação no período associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- redução de 10,77% na venda para comercializadores e geradores de energia, devido a um maior volume de vendas de curto prazo nos primeiros meses de 2020, com objetivo de resgatar parte do crédito que a Companhia possui na CCEE;
- referida redução foi parcialmente compensada pelo aumento de 17,41% no consumo dos clientes livres das classes industrial, associado, principalmente, à efetivação de novos contratos de venda de energia com início de fornecimento em janeiro de 2021.



### ***Receita de concessão da transmissão***

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de construção, reforço, melhoria, operação e manutenção, previstas nos contratos de transmissão. Os contratos de concessão estabelecem as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existentes e licitadas, atualizadas anualmente com base principalmente na variação do índice de inflação previsto no contrato, sendo eles IPCA e IGP-M. A partir de então, todos os reforços e melhorias que são implementados por meio de autorização específica da Aneel constituem uma nova parcela de RAP.

Essa receita de operação e manutenção da infraestrutura foi de R\$150.719 no primeiro trimestre de 2021, comparados a R\$124.942 no primeiro trimestre de 2020 (reapresentado), um aumento de 20,63%. As receitas de construção, reforço e melhoria da infraestrutura foram de R\$22.451 no primeiro trimestre de 2021, comparados a R\$61.241 no primeiro trimestre de 2020 (reapresentado), uma redução de 63,34%, em razão, principalmente, da redução de investimentos em transmissão, diante da redefinição dos investimentos em melhorias de pequeno porte, devido às alterações regulatórias e a suspensão de contratos com fornecedores de obras de reforços.

Por outro lado, houve aumento de 102,63% na receita de remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão, que foi de R\$145.042 e R\$71.580 (reapresentado) no primeiro trimestre de 2021 e de 2020, respectivamente, em razão, principalmente, do aumento da base de remuneração dos ativos vinculados ao contrato 006/1997, a partir da revisão tarifária periódica - RTP homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020.

Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

### ***Receita com transações com energia na CCEE***

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$49.849 no primeiro trimestre de 2021 em comparação a R\$24.524 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 103,27%. Esse aumento deve-se à sobra de energia no primeiro trimestre de 2021, quando comparada às posições deficitárias do primeiro trimestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que aumentaram a exposição da Companhia na CCEE.

### ***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$468.464 no primeiro trimestre de 2021 comparados a R\$434.022 no mesmo período de 2020 (reapresentado), um aumento de 7,94%. As principais variações estão descritas a seguir.

### **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)**

Anualmente, a Aneel aprova o orçamento do programa, sendo que os valores são recolhidos pela Companhia por meio da cobrança dos Encargos de Uso da Rede Básica e repassados integralmente à Eletrobrás, gestora destes recursos.

Os encargos referentes ao Proinfa foram de R\$16.335 no primeiro trimestre de 2021, comparados a R\$7.716 no mesmo período de 2020, um aumento de 111,70%, devido, principalmente, ao aumento das cotas aprovadas para o programa em 2021, em comparação a 2020.

#### Conta de Desenvolvimento Energético

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis. Os encargos referentes à CDE foram de R\$61.389 no primeiro trimestre de 2021 comparados a R\$57.571 no mesmo período de 2020, um aumento de 6,63%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

#### ***Custos e despesas operacionais***

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.250.122 no primeiro trimestre de 2021 em comparação a R\$1.244.244 no primeiro trimestre de 2020 (reapresentado), representando um aumento de 0,47%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

#### Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$979.386 no primeiro trimestre de 2021, comparado a R\$913.749 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 7,18%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- aumento de 22,86% nos custos com energia adquirida no ambiente livre, sendo de R\$1.035.843 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a R\$843.106 no primeiro trimestre de 2020, associado, principalmente à maior alocação das compras no processo de sazonalização.
- referido aumento foi parcialmente compensado pela redução de 74,52% das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$40.832 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a R\$160.248 no primeiro trimestre de 2020. Essa redução deve-se, principalmente, à sobra de energia no primeiro trimestre de 2021, quando comparada às posições deficitárias do primeiro trimestre de 2020. Nesse período de 2020, foram realizadas vendas bilaterais de curto prazo que aumentaram a exposição da companhia na CCEE.

### Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$75.555 no primeiro trimestre de 2021, comparada a R\$75.048 no primeiro trimestre de 2020, representando um aumento de 0,68%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 4,77% a partir de novembro de 2020, em função de Acordo Coletivo, em comparação ao reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, também em função de Acordo Coletivo; e
- redução de 4,60% no número médio de empregados, sendo 1.245 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a 1.305 no primeiro trimestre de 2020.

### Participação dos empregados no resultado

O montante de despesa relacionada à participação dos empregados no resultado foi de R\$7.146 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a R\$6.199 no mesmo período em 2020, representando um aumento de 15,28%. Esta variação decorre do crescimento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Companhia, base de cálculo para o pagamento de participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

### Custo de construção

O custo de construção foi de R\$19.065 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a R\$47.198 no primeiro trimestre de 2020, uma redução de 59,61%. Essa variação está associada, principalmente, ao fato de que em 2020 diversos projetos encontravam-se em fase final de implantação com desembolsos significativos. Em 2021 esses projetos estão concluídos ou em fase final de conclusão. Adicionalmente, os novos projetos estão na etapa de elaboração e mobilização em campo e os desembolsos mais significativos ocorrerão somente nos próximos trimestres.

### Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma reversão de R\$4.916 no primeiro trimestre de 2021 em comparação a uma despesa de R\$31.280 no mesmo período de 2020. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no primeiro trimestre de 2021, no valor de R\$1.112 em comparação à constituição de R\$3.543 no mesmo período em 2020, em função, principalmente, da retomada da economia, que resultou em menores índices de inadimplência; e

- Variações das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma reversão de R\$13.167 no primeiro trimestre de 2021, em comparação à constituição de R\$20.812 no mesmo período de 2020. Essa variação ocorreu devido à alteração na metodologia de cálculo, cuja mensuração do valor justo era baseada no modelo Black-Scholes-Merton (BSM) até a data de exercício da opção, e passou a considerar a atualização do valor da obrigação pelo IPCA acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela SAAG. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25c.

### ***Resultado de equivalência patrimonial***

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$3.493 no primeiro trimestre de 2021 em comparação ao reconhecimento de ganhos líquidos no montante de R\$5.457 no mesmo período de 2020. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Reconhecimento de perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$16.435 no primeiro trimestre de 2021, em comparação ao resultado negativo de R\$11.423 no primeiro trimestre de 2020;
- maiores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$79.255 no primeiro trimestre de 2021, em comparação ao resultado negativo de R\$26.628 no primeiro trimestre de 2020;
- compensando esses efeitos negativos, destaca-se o resultado positivo apresentado pela investida Guanhães no primeiro trimestre de 2021, no montante de R\$40.254, em comparação à despesa de R\$358 reconhecida no mesmo período do ano anterior; e
- o reconhecimento de maiores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo de R\$36.471 no primeiro trimestre de 2021, em comparação a R\$27.577 no mesmo período do ano anterior.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13.

### **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.197.247 no primeiro trimestre de 2021 em comparação a uma despesa financeira líquida de R\$689.673 no mesmo período de 2020, associada, principalmente, aos seguintes fatores:

- Valorização do dólar no primeiro trimestre de 2021, gerando uma variação cambial acumulada de 9,63%, em comparação a 28,98% no mesmo período de 2020, com o registro de despesas de variação cambial da dívida em Eurobonds de R\$750.900 e R\$1.752.000, respectivamente; e
- Variação negativa do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados ao Eurobonds no primeiro trimestre de 2021, contrapondo o efeito positivo observado no mesmo período de 2020. Em 31 de março de 2021, a variação do valor justo do instrumento de hedge gerou uma despesa de R\$187.348, em comparação à receita de R\$1.314.240 registrada em 31 de março de 2020. A variação negativa no valor justo do instrumento de hedge em 31 de março de 2021 decorre da elevação da curva de juros futuros e das liquidações semestrais efetuadas em junho e dezembro de 2020.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26.

### **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apurou no primeiro trimestre 2021, créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$188.147 em relação ao prejuízo de R\$499.520 antes dos efeitos fiscais, representando (37,67)% de alíquota efetiva. No primeiro trimestre de 2020, a Companhia apurou créditos com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$38.701 (reapresentado) em relação ao prejuízo de R\$54.025 (reapresentado) antes dos efeitos fiscais, representando (71,64)% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d).

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Reynaldo Passanezi Filho**  
Diretor Presidente

**Dimas Costa**  
Diretor Cemig Comercialização

**Leonardo George de Magalhães**  
Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Paulo Mota Henriques**  
Diretor Cemig Geração e Transmissão

**Maurício Dall'Agnese**  
Diretor Cemigpar

**Marney Tadeu Antunes**  
Diretoria sem denominação

**Eduardo Soares**  
Diretor de Regulação e Jurídico

**Mário Lúcio Braga**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

**Carolina Luiza F. A. C. de Senna**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contadora – CRC-MG 77.839

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Cemig Geração e Transmissão S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

## **Ênfases**

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência dos efeitos de ajustes nas taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica e respectivo efeito nas margem de construção no resultado do trimestre, os valores correspondentes ao trimestre anterior, apresentados para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

### *Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.*

Conforme descrito na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 18 de dezembro de 2020 foram aprovados em Assembleia Geral de Credores e homologados pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo os Planos de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas, cujos efeitos contábeis foram registrados nas demonstrações financeiras da controlada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Ainda que os efeitos dos planos de recuperação judicial tenham sido aprovados e registrados, existem eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.





## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA022650/O-0